

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	46
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	110
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	113
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	114
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	115
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000.452.329
Preferenciais	0
Total	10.000.452.329
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	21.667.818	21.753.377	22.364.436
1.01	Ativo Circulante	945.017	749.691	615.747
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	262.524	77.317	66.174
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	262.524	77.317	66.174
1.01.03	Contas a Receber	357.339	382.927	327.611
1.01.03.01	Clientes	357.339	382.927	327.611
1.01.03.01.01	Contas a Receber	357.339	382.927	327.611
1.01.04	Estoques	81.300	68.419	63.575
1.01.04.01	Estoques	81.300	68.419	63.575
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.162	59.059	22.948
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.162	59.059	22.948
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	19.465	22.432	19.213
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	5.697	36.627	3.735
1.01.07	Despesas Antecipadas	34.810	37.604	39.264
1.01.07.01	Despesas Pagas Antecipadamente	34.810	37.604	39.264
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	183.882	124.365	96.175
1.01.08.03	Outros	183.882	124.365	96.175
1.01.08.03.03	Depósitos em Garantia	98.145	83.131	74.141
1.01.08.03.20	Outros ativos	85.737	41.234	22.034
1.02	Ativo Não Circulante	20.722.801	21.003.686	21.748.689
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.053.498	1.764.489	1.665.469
1.02.01.07	Tributos Diferidos	505.342	505.367	505.571
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	505.342	505.367	505.571
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	94.517	128.464	151.573
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.453.639	1.130.658	1.008.325
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	6	6	578
1.02.01.10.04	Depósitos em Garantia	191.662	103.391	53.359
1.02.01.10.05	Dispêndios Reembolsáveis	1.260.332	1.025.622	954.388

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.01.10.20	Outros Ativos	1.639	1.639	0
1.02.03	Imobilizado	18.401.398	19.074.788	19.907.887
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.278.302	18.943.133	19.743.393
1.02.03.01.01	Terrenos	366.115	162.869	169.809
1.02.03.01.02	Reservatórios, Barragens e Adutoras	6.714.077	7.070.074	7.371.437
1.02.03.01.03	Edificações, Obras e Benfeitorias	3.635.007	3.794.972	3.956.797
1.02.03.01.04	Máquinas e Equipamentos	7.558.595	7.910.155	8.239.845
1.02.03.01.05	Móveis e Utensílios	3.077	3.073	2.587
1.02.03.01.06	Veículos	1.431	1.990	2.918
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	123.096	131.655	164.494
1.02.03.03.01	Terrenos	4.752	4.690	0
1.02.03.03.02	Reservatórios, Barragens e Adutoras	60.395	59.179	59.059
1.02.03.03.03	Edificações, Obras e Benfeitorias	0	0	47
1.02.03.03.04	Máquinas e Equipamentos	13.289	44.359	52.585
1.02.03.03.05	Veículos	1.392	1.385	0
1.02.03.03.06	Móveis e Utensílios	551	55	0
1.02.03.03.07	Material em Depósito	19.333	19.408	19.228
1.02.03.03.08	Outros	23.384	2.579	33.575
1.02.04	Intangível	267.905	164.409	175.333
1.02.04.01	Intangíveis	267.905	164.409	175.333
1.02.04.01.02	Direito de Concessão - Uso do Bem Público	143.524	149.903	156.282
1.02.04.01.03	Servidão Permanente	8.581	8.964	9.348
1.02.04.01.04	Softwae	3.722	4.722	9.703
1.02.04.01.05	Direito de Uso	0	820	0
1.02.04.01.06	Licença de Operação	112.078	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	21.667.818	21.753.377	22.364.436
2.01	Passivo Circulante	1.146.533	1.174.232	1.276.663
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.457	13.241	18.121
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.457	13.241	18.121
2.01.01.01.02	Salários e encargos a pagar	13.457	13.241	18.121
2.01.02	Fornecedores	216.947	521.182	506.231
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	216.947	521.182	506.231
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	216.947	521.182	506.231
2.01.03	Obrigações Fiscais	45.411	59.644	71.859
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	45.411	59.644	71.859
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Sociais	45.411	59.644	71.859
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	414.112	284.507	169.178
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	107.579	73.428	53.259
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	107.579	73.428	53.259
2.01.04.02	Debêntures	306.533	211.079	115.919
2.01.04.02.01	Debêntures	306.533	211.079	115.919
2.01.05	Outras Obrigações	262.800	234.551	417.634
2.01.05.02	Outros	262.800	234.551	417.634
2.01.05.02.04	Cauções em Garantia	20.026	17.287	17.561
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	137.926	97.489	286.370
2.01.05.02.06	Outros Passivos	10.157	22.262	29.212
2.01.05.02.07	Concessões a Pagar	23.842	22.875	21.985
2.01.05.02.08	Encargos Regulamentares e Setoriais	70.849	74.638	62.506
2.01.06	Provisões	193.806	61.107	93.640
2.01.06.02	Outras Provisões	193.806	61.107	93.640
2.01.06.02.04	Provisões Socioambientais	193.806	61.107	93.640
2.02	Passivo Não Circulante	18.686.058	17.317.993	16.894.103
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	16.760.423	15.675.160	14.795.974

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	11.858.110	10.924.960	10.219.548
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	11.858.110	10.924.960	10.219.548
2.02.01.02	Debêntures	4.902.313	4.750.200	4.576.426
2.02.01.02.01	Debêntures	4.902.313	4.750.200	4.576.426
2.02.02	Outras Obrigações	1.187.171	1.068.676	1.230.682
2.02.02.02	Outros	1.187.171	1.068.676	1.230.682
2.02.02.02.03	Cauções em Garantia	560.076	420.669	409.821
2.02.02.02.04	Adiantamento em Clientes	339.470	178.897	80.283
2.02.02.02.05	Consessões a Pagar	257.352	252.706	251.299
2.02.02.02.06	Fornecedores	0	161.713	409.278
2.02.02.02.07	Impostos e Contribuições	23.778	50.961	74.570
2.02.02.02.08	Obrigações Vinculadas à Concessão	6.495	3.730	5.431
2.02.04	Provisões	738.464	574.157	867.447
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	44.440	43.723	45.531
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	44.440	43.723	45.531
2.02.04.02	Outras Provisões	694.024	530.434	821.916
2.02.04.02.04	Provisões Socioambientais	275.559	191.197	264.632
2.02.04.02.05	Outras Provisões	417.731	339.237	557.284
2.02.04.02.06	Outros Passivos	734	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.835.227	3.261.152	4.193.670
2.03.01	Capital Social Realizado	9.664.356	9.664.356	9.664.356
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.829.129	-6.403.204	-5.470.686

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.200.238	3.197.523	3.005.553
3.01.01	Receita Líquida de venda de energia	3.200.238	3.197.523	3.005.553
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.691.029	-2.479.440	-2.660.695
3.02.01	Custo com Venda de Energia Elétrica	-1.576.314	-1.542.373	-1.486.198
3.02.02	Custo de Operação	-1.114.715	-937.067	-1.174.497
3.03	Resultado Bruto	509.209	718.083	344.858
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-82.274	-98.553	-194.587
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-82.798	-95.223	-194.958
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	524	0	371
3.04.04.01	Outras Receitas	524	0	371
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-3.330	0
3.04.05.01	Outras Despesas	0	-3.330	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	426.935	619.530	150.271
3.06	Resultado Financeiro	-1.852.835	-1.551.844	-1.712.658
3.06.01	Receitas Financeiras	258.769	131.328	127.724
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.111.604	-1.683.172	-1.840.382
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.425.900	-932.314	-1.562.387
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25	-204	-121.610
3.08.02	Diferido	-25	-204	-121.610
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.425.925	-932.518	-1.683.997
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.425.925	-932.518	-1.683.997
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-142,59	-93,25	-174,91

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.425.925	-932.518	-1.683.997
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.425.925	-932.518	-1.683.997

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	470.531	124.323	232.665
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.286.097	1.211.717	164.230
6.01.01.01	Prejuízo do Período Antes do IR e da CS	-1.425.900	-932.314	-1.562.388
6.01.01.04	Provisão Contingência	717	-1.808	-665.661
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	843.160	840.135	858.297
6.01.01.06	Baixa Imobilizado	36.142	17.994	12.112
6.01.01.07	Baixa Intangível	36	0	16
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias	1.828.727	1.546.460	1.521.854
6.01.01.09	Bônus de Antecipação	0	-258.750	0
6.01.01.10	Amortização dos Custos de Captação de Dívidas	3.215	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-341.858	-568.120	1.026.642
6.01.02.01	Contas a Receber	25.588	-55.316	-7.882
6.01.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	2.967	-3.219	4.715
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	30.930	-32.320	3.556
6.01.02.04	Despesas Pagas Antecipadamente	36.741	24.769	39.456
6.01.02.06	Fornecedores	-12.995	-10.006	26.843
6.01.02.07	Salários e Encargos a Pagar	216	-4.880	15.356
6.01.02.08	Obrigações Vinculadas à Concessão - P&D	3.231	11.796	-2.741
6.01.02.09	Impostos e Contribuições	-41.416	-35.824	7.995
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	201.010	-90.267	240.503
6.01.02.11	Outros Passivos	-11.370	-6.950	37.542
6.01.02.12	Encargos Regulamentares e Setoriais	-4.255	-1.365	1.980
6.01.02.13	Provisões Socioambientais	-62.168	-116.247	-32.121
6.01.02.14	Outros Ativos	-14.724	-25.683	5.274
6.01.02.17	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-456.048	-227.082	682.437
6.01.02.18	Encargos de Uso da Rede	3.095	4.474	3.729
6.01.02.19	Adiantamentos à Fornecedores - Compra de Energia	-42.660	0	0
6.01.03	Outros	-473.708	-519.274	-958.207

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.03.01	Pagamento de Juros e Encargos sobre Debêntures	-165.909	-211.437	-98.292
6.01.03.02	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-284.106	-285.051	-837.928
6.01.03.03	Pagamento de Uso do Bem Público	-23.693	-22.786	-21.987
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-134.220	-73.128	62.457
6.02.01	Depósitos em Garantia	-103.285	-59.022	178.985
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-29.565	-11.920	-116.337
6.02.03	Adições ao intangível	-1.370	-2.186	-191
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-151.104	-40.052	-283.351
6.03.01	Pagamento de Financiamentos - Principal	-13.304	-40.052	-599.557
6.03.02	Pagamento de Debêntures - Principal	-137.800	0	0
6.03.04	Aumento do Capital do Acionista	0	0	316.206
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	185.207	11.143	11.771
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	77.317	66.174	54.403
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	262.524	77.317	66.174

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.664.356	0	0	-6.403.204	0	3.261.152
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.664.356	0	0	-6.403.204	0	3.261.152
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.425.925	0	-1.425.925
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.425.925	0	-1.425.925
5.05.02.06	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-1.425.925	0	-1.425.925
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.664.356	0	0	-7.829.129	0	1.835.227

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.664.356	0	0	-5.470.686	0	4.193.670
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.664.356	0	0	-5.470.686	0	4.193.670
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-932.518	0	-932.518
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-932.518	0	-932.518
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.664.356	0	0	-6.403.204	0	3.261.152

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.348.150	0	0	-3.786.689	0	5.561.461
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.348.150	0	0	-3.786.689	0	5.561.461
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.486	0	0	0	0	141.486
5.04.01	Aumentos de Capital	141.486	0	0	0	0	141.486
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.683.997	0	-1.683.997
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.683.997	0	-1.683.997
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	174.720	0	0	0	0	174.720
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	0	174.720
5.06.04	Capital Integralizado	174.720	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.664.356	0	0	-5.470.686	0	4.193.670

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	3.573.008	3.672.363	3.471.767
7.01.02	Outras Receitas	3.573.008	3.672.363	3.471.767
7.01.02.01	Receitas operacionais	3.572.430	3.672.213	3.471.396
7.01.02.02	Outras receitas	578	150	371
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.897.537	-1.726.922	-2.008.173
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.868.821	-1.815.964	-1.715.998
7.02.04	Outros	-28.716	89.042	-292.175
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.675.471	1.945.441	1.463.594
7.04	Retenções	-841.292	-838.436	-856.595
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-841.292	-838.436	-856.595
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	834.179	1.107.005	606.999
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	258.769	131.328	127.724
7.06.02	Receitas Financeiras	258.769	131.328	127.724
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.092.948	1.238.333	734.723
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.092.948	1.238.333	734.723
7.08.01	Pessoal	85.124	87.063	105.610
7.08.01.01	Remuneração Direta	61.621	63.074	83.254
7.08.01.02	Benefícios	19.335	18.248	16.864
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.168	5.741	5.492
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	331.916	416.274	522.220
7.08.02.01	Federais	221.122	209.364	305.050
7.08.02.02	Estaduais	110.247	205.796	216.963
7.08.02.03	Municipais	547	1.114	207
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.101.833	1.667.514	1.790.890
7.08.03.01	Juros	2.100.643	1.666.240	1.788.182
7.08.03.02	Aluguéis	1.190	1.274	2.708
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.425.925	-932.518	-1.683.997
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.425.925	-932.518	-1.683.997

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração

2020

Hidrelétrica
Santo Antônio


Santo Antônio
ENERGIA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SUMÁRIO



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia" ou "SAE") apresenta neste documento seu Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Roberto Junqueira
Diretor Presidente

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 ficará marcado na memória de todos, pois a inesperada e sem precedentes pandemia do coronavírus transformou por completo as rotinas, a forma de gerir a Companhia e de operar a Usina, direcionando as atenções principais para o cuidado dos integrantes e terceiros e à continuidade da geração de energia diante das adversidades vivenciadas, que se estenderam ao longo de praticamente todo o ano. A resiliência de todo o grupo foi essencial para a superação de todos os desafios que se apresentaram.

O maior desafio para a UHE Santo Antônio foi zelar pela saúde de seus colaboradores, empregados e terceiros, mantendo a excelência na geração de energia para Rondônia e o Brasil. Desde o início da pandemia, a SAE vem adotando medidas que reforçam os cuidados e a proteção diante da Covid-19, conforme orientações das autoridades médicas e em consonância com os protocolos determinados pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

Mesmo neste cenário desafiador, a UHE Santo Antônio continuou produzindo energia conforme demandada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo obtido seu recorde de geração

anual com um volume de energia gerada de 17.740,87 GWh e consolidando-se como a 4ª maior geradora de energia do Brasil, abaixo apenas de Itaipu, Tucuruí e Belo Monte.

Destaca-se também o avanço de 0,5% obtido no FID (média móvel de 60 meses do Índice de Disponibilidade), que subiu de 0,9646 para 0,9696, seguindo na direção de alcançar a meta contratual de 0,9950 ao longo dos próximos 5 anos. Esta melhora foi alcançada apesar das dificuldades trazidas pela operação em regime de confinamento, adotado por meses durante o período mais agudo da pandemia, especialmente para Rondônia, como forma de proteger os empregados dedicados à operação da Usina e garantir a continuidade da produção de energia.

Apesar da crise econômica originada pela quase paralisação temporária dos negócios em face das medidas de isolamento e distanciamento social adotadas generalizadamente como medida de combate à pandemia, a Companhia não registrou inadimplências de seus clientes, tanto no mercado regulado quanto no mercado livre. Para que isso pudesse acontecer, foram importantes as medidas tomadas pelas entidades públicas, viabilizando financiamento de longo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

prazo para assegurar o fluxo de recursos das empresas distribuidoras, que, assim, apesar da queda do mercado e das receitas, mantiveram os contratos e os fluxos de pagamentos ao longo do período mais agudo da crise.

Igualmente importante para a superação dos desafios gerados pela pandemia foram os programas de "standstill" instituídos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e pelo Banco da Amazônia (através da Resolução BACEN 4.798), aos quais a Companhia aderiu, que proporcionaram a suspensão dos pagamentos das parcelas dos financiamentos do BNDES Direto, Repasse e FNO, de julho a dezembro de 2020 e de abril a dezembro de 2020, respectivamente, permitindo a rolagem automática mediante incorporação ao saldo devedor de cerca de R\$ 350 milhões, aliviando o caixa da Companhia.

A Companhia apresentou, no exercício de 2020, uma melhoria significativa na sua liquidez, finalizando o ano com disponibilidades de caixa bem superiores às dos exercícios anteriores. Contribuíram para esta melhoria, além do "standstill" e a gestão eficiente dos gastos da Companhia, as postergações de CAPEX, que foram de certa forma facilitadas pela redução das atividades ocasionadas pelo enfrentamento da pandemia. Ao longo de 2020 a Companhia gerenciou essas postergações de modo a não impactar a performance da Usina e em alinhamento com os órgãos ambientais naquilo que se relaciona ao atendimento às condicionantes socioambientais.

Deve-se registrar também que a Companhia, aproveitando a melhoria da sua liquidez, antecipou, ao longo do exercício, o pagamento de todas as prestações vincendas do parcelamento do FID, num montante de R\$ 393 milhões, evitando os custos excessivamente elevados desse passivo (IGP-M + 1% a.m.) frente aos custos atuais de captação de recursos, proporcionando uma economia futura de mais de R\$ 45 milhões para a Companhia.

Apesar da melhoria da liquidez financeira, a Companhia apresentou um EBITDA de R\$ 1.268 milhões (margem 40%), situando-se em patamar semelhante ao registrado em 2019, ajustado pelo estorno de provisões efetuadas naquele exercício (R\$ 1.282 milhões).

No contexto regulatório é importante mencionar a edição da Lei 14.052/2020, de 08/09/2020, que estabeleceu às usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE o ressarcimento decorrente dos impactos ocasionados por eventos fora do controle das geradoras hidrelétricas, com o objetivo de atenuar parte dos efeitos do GSF incidente sobre a energia comercializada no ACL. Em dezembro de 2020, a ANEEL estabeleceu a metodologia de cálculo para a aplicação da Lei e concedeu o prazo de 90 dias para a CCEE apresentar os resultados, o que deve acontecer ainda no primeiro semestre de 2021, quando então a Companhia deverá reconhecer nas suas demonstrações financeiras, com impacto positivo nos seus resultados.

Não obstante a pandemia, a Companhia não descumpriu os seus compromissos com a comunidade de Porto Velho. Em outubro de 2020, a SAE concluiu a sua parte na revitalização do complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, uma área de significativa representatividade sociocultural para a cidade. A obra teve a duração de 16 meses e significou um investimento de R\$ 23 milhões, com intervenções em todo o espaço público, numa área de 115 mil metros quadrados, equivalente a 16 campos de futebol.



A COMPANHIA APRESENTOU, NO EXERCÍCIO DE 2020, UMA MELHORIA SIGNIFICATIVA NA SUA LIQUIDEZ, FINALIZANDO O ANO COM DISPONIBILIDADES DE CAIXA BEM SUPERIORES ÀS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além disso, e a fim de reforçar seu compromisso social, a SAE estendeu seu apoio à comunidade de Porto Velho e de Rondônia, desenvolvendo iniciativas de suporte às ações de prevenção que os órgãos governamentais vêm desenvolvendo em benefício da saúde dos moradores, tais como fornecimento de máscaras, equipamentos de proteção individual, respiradouros e kits de testagem.

Nesse contexto, atendendo ao pedido do Ministério Público Federal, a Companhia efetuou doação de cestas básicas e de equipamentos de proteção individual para as comunidades indígenas da região, com o objetivo de garantir a integridade e o distanciamento social dessas comunidades, necessários neste período de pandemia.

No último trimestre de 2020, a Santo Antônio Energia entrou para o seleto grupo de empresas que aderiram ao **Global Compact** da ONU, o pacto das Nações Unidas que reúne companhias reconhecidas por seus compromissos com práticas éticas e sustentáveis, como o combate à corrupção.

Como signatária do pacto da ONU, a Companhia terá acesso ao conhecimento e à experiência das Nações Unidas e de outros integrantes, e terá acesso a oportunidades de parcerias para compartilhar as melhores práticas e soluções emergentes, além de uma série de ferramentas, recursos e treinamentos.

A adesão coroa as iniciativas desenvolvidas pela Companhia nos últimos exercícios no avanço do tema de governança e compliance, aperfeiçoando e fortalecendo as práticas alinhadas com seu Código de Ética e de Conduta.

No campo da gestão de pessoas, registra-se o comprometimento e o engajamento dos colaboradores que, prontamente se adaptaram ao regime de trabalho no formato de *home office*, que foi necessário

adotar, logo no início da pandemia, como medida de proteção à saúde, nas atividades corporativas no escritório de São Paulo e nas atividades de apoio na própria Usina.

A Companhia encerra o exercício de 2020 com a certeza de ter vencido os desafios que se apresentaram e com um saldo positivo de avanços e conquistas, apesar de ficar marcado com a lembrança de um ano disruptivo, pelo impacto da Covid-19.

Com a perspectiva que se confirma de superação da pandemia e do retorno normal das atividades econômicas no decorrer de 2021 a partir da vacinação em massa da população, a Companhia está otimista e confiante de poder ampliar suas conquistas nos próximos exercícios e consolidar-se como empresa de referência no cenário nacional do segmento de geração de energia elétrica.

Por fim, a Companhia reconhece e agradece o esforço de seus colaboradores e a participação de todos os integrantes da SAE, incluindo alta administração, acionistas, credores e fornecedores, que permitiram cumprir com suas agendas estratégicas e operacionais, apesar das dificuldades trazidas pela pandemia da Covid-19 e em razão do trabalho remoto.



MESMO NESTE CENÁRIO DESAFIADOR, A HIDRELÉTRICA CONTINUOU PRODUZINDO ENERGIA CONFORME DEMANDADA PELO OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO – ONS, TENDO OBTIDO SEU RECORDE DE GERAÇÃO ANUAL, COM UM VOLUME DE ENERGIA GERADA DE 17.740,87 GWh E CONSOLIDANDO-SE COMO A 4ª MAIOR GERADORA DE ENERGIA DO BRASIL.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PANDEMIA COVID-19

O ano de 2020 foi marcado pela disseminação do novo coronavírus Covid-19, que impactou a atividade econômica global, refletindo em fortes quedas dos PIBs. Diante disso, a SAE vem adotando diversas medidas preventivas de gerenciamento, que compreendem desde o isolamento social até a preparação para o trabalho na operação e manutenção da Usina em regime de confinamento, quando necessário.

Nesse contexto, a Companhia instalou um Comitê permanente de Crise que imediatamente adotou as medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde - OMS, a fim de garantir a proteção e o monitoramento do bem-estar de seus integrantes e colaboradores terceiros, sem deixar de garantir a geração plena de energia para o sistema elétrico brasileiro.

No terceiro trimestre de 2020, os comitês Técnico e de Crise iniciaram a implantação do plano de retomada parcial ao trabalho em escritório da equipe administrativa. O referido plano baseou-se na metodologia internacionalmente reconhecida do Instituto de Ciência Weizmann e nos Protocolos Oficiais dos

governos dos estados de São Paulo e de Rondônia. Adicionalmente, avaliaram-se as condições sanitárias, de alimentação e de saúde dos integrantes.

A retomada gradativa teve início no dia 26 de outubro de 2020, com duas escalas, considerando 17% dos integrantes em cada escala, com ciclos presenciais de apenas quatro dias, seguidos por seis dias úteis em *home office*. Contudo, em decorrência da regressão das fases de flexibilização pelos governos estaduais de São Paulo e de Rondônia, em 3 de dezembro de 2020 a retomada gradual foi suspensa. Dessa forma, até o presente momento, todos os integrantes da área administrativa permanecem exercendo 100% de suas atividades em *home office*.

No que tange à operação da UHE Santo Antônio, apesar do cenário de crise, foi possível continuar produzindo energia de fonte limpa e renovável, assegurando a geração plena de energia para o sistema elétrico, recurso fundamental para todo o país, principalmente durante o período da pandemia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

Uma das cinco maiores obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal do Brasil, a Santo Antônio Energia é a concessionária responsável pela implantação e exploração da Hidrelétrica Santo Antônio. Foi constituída em janeiro de 2008 e está localizada no Rio Madeira, em Porto Velho, Rondônia.

Com 50 unidades geradoras em operação comercial e capacidade instalada de 3.568 MW e 2.424 MWm de garantia física, a UHE Santo Antônio destaca-se pela utilização de turbinas do tipo “Bulbo” – que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, como barragem a fio d’água.

Sua construção foi iniciada no segundo semestre de 2008, e a primeira unidade geradora entrou em operação comercial em março de 2012, nove meses antes do previsto em seu Contrato de Concessão, que tem duração de 35 anos a partir de sua assinatura, efetuada em 13 de junho de 2008.

Em fase de geração plena, com todas as unidades em operação comercial desde janeiro de 2017, a UHE Santo Antônio produz energia de fonte limpa e renovável, com índices de rendimento comprovados perante o Poder Concedente e sem limitação de desempenho, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros.

A UHE Santo Antônio está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de duas linhas de transmissão em alta tensão (500 kV) e corrente contínua, além de ter outra linha de 230kV construída para atender ao consumo exclusivo dos Estados de Rondônia e Acre. Com extensão de 2.400 km, as mais longas do mundo, essas linhas ligaram a subestação conversora construída na cidade de Porto Velho, em Rondônia, à subestação de Araraquara, no estado de São Paulo, após atravessar cinco estados e 90 municípios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Usina em Números

Fique por dentro

**OPERAÇÃO UHE SANTO ANTÔNIO**

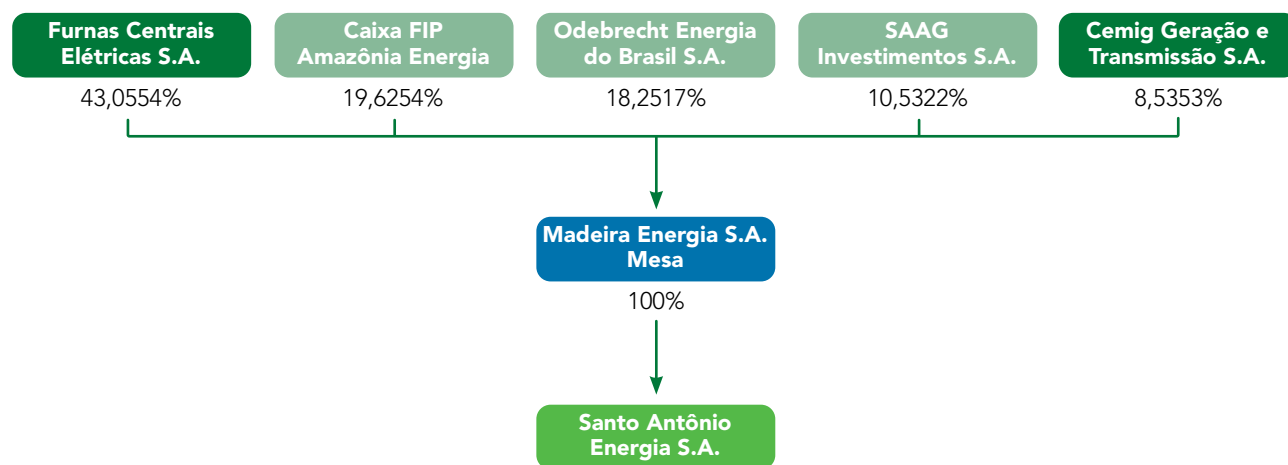
A energia gerada pela UHE Santo Antônio no ano de 2020 foi superior em 4,30% (731,19 GWh) quando comparada ao mesmo período de 2019, superando o recorde de geração anual ocorrido em 2018 (17.430 GWh). É a 4ª maior geradora de energia do Brasil, com 17.740,87 GWh, ficando atrás das UHEs Itaipu (75.875 GWh), Tucuruí (28.924 GWh) e Belo Monte (28.911 GWh).

Em dezembro de 2020, o Índice de Disponibilidade "ID" apresentou uma melhora na ordem de 0,50% em relação ao mês de dezembro de 2019, totalizando o valor de 96,96%. A melhora deste índice deve-se ao ID mensal, que pelo oitavo mês consecutivo atingiu 100%, superando o ID de referência (99,5%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMPOSIÇÃO
ACIONÁRIA

A Santo Antônio Energia é controlada pela Madeira Energia S/A - "MESA", que detém 100% do seu capital total e possui a seguinte composição acionária:



● Sociedade Operacional ● Holding ● Acionistas Públicos ● Acionistas Privados



CONJUNTURA ECONÔMICA

A atividade econômica global teve um forte impacto devido à crise causada pela pandemia da Covid-19 - estima-se uma retração em torno de -3% (FMI). O Brasil não foi exceção: contrariou o crescimento de 1,1% em 2019 para redução de -4,36% (Relatório FOCUS, dez/20). Entende-se que a melhora da economia está relacionada ao controle da crise, que será intensificado em 2021 com os estudos relacionados e desenvolvimento da vacina. Dessa forma, espera-se um efeito "rebote" para o próximo ano com um crescimento acentuado de 3,4% (Relatório FOCUS, dez/20).

A bolsa de valores do País encerrou o ano com um moderado avanço, refletido pelo índice IBOVESPA com uma alta de 2,9%. O crescimento ocorreu apesar da retração de -29,9% em março, ocorrido em função dos efeitos causados pela Covid-19, evidenciando a normalização da aversão dos mercados perante a economia nacional.

Outro entrave ao crescimento do País é o CDS (Credit Default Swap – que mede o risco de default de um país com relação à sua dívida soberana), que subiu cerca de 45% para 140 pontos, ou seja, 48,3 pontos acima da média dos países da América Latina.

O IPCA - índice oficial de inflação ao consumidor - de 2020 fechou em 4,52%, acima do centro da meta inflacionária estabelecida pelo Banco Central (BC), que é de 4%. Contudo, é importante destacar que o choque de preços de alimentação (que subiram 18,2% no ano) foi o mais relevante, representando 60% da variação total do IPCA em 2020. Segundo o IBGE, o grupo de alimentação e bebidas registrou no ano de 2020 a mais forte elevação acumulada desde dezembro de 2002 (19,74%). As expectativas de inflação (Focus, dez/20) para 2020, 2021 e 2022 encontram-se em torno de 4,2%, 3,3% e 3,5%, respectivamente. Cabe destacar que este índice é utilizado pela Companhia para atualização dos preços de seus contratos de venda de energia, serviços contratados, debêntures emitidas e de seus contratos de financiamento (BNDES Finem).

A taxa básica de juros (Selic) continua em declínio, passando de 4,5% a.a. no final de 2019 para 2,0% a.a. ao final do ano de 2020. Na mesma direção, o CDI acumulado também sofreu uma redução em 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019, apontando uma queda de 4,4% a.a. para 1,9% a.a.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



SETOR ELÉTRICO E REGULAMENTAÇÃO

O ano de 2020 foi mais um ano de muitos desafios para o setor elétrico, devido ao contexto da pandemia. Houve grande redução do consumo de energia, menor arrecadação das distribuidoras de energia, além das notícias sobre pedidos de renegociações de contratos no mercado livre de energia elétrica (ACL) por clientes industriais e comerciais.

O Poder Executivo, o MME e a ANEEL aprovaram em junho de 2020, a regulamentação da Conta-Covid, no intuito de reduzir o impacto que a pandemia trouxe para as empresas do setor elétrico. Essas medidas proporcionaram injeção emergencial e urgente liquidez no caixa das distribuidoras, que assim puderam manter a integridade dos contratos atuais e salvaguardar o fluxo normal de recursos na cadeia do setor.

Em 3 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020, que estabelece a metodologia de cálculo e compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Essa medida tem o objetivo de atenuar parte dos efeitos do GSF incidente sobre a parcela de energia comercializada no ACL, decorrentes dos impactos ocasionados pela Geração Térmica da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão.

A referida Lei estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do MRE por meio de extensão do prazo da concessão. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE tem 90 dias, contados a partir da publicação da Resolução, para apresentar os resultados das usinas. A Companhia monitora a evolução do processo, com o objetivo de avaliar seus efeitos ao Negócio, bem como o interesse à adesão.

No contexto dos indicadores do setor elétrico, apesar do registro da redução do PLD médio anual de 2020 em relação a 2019, o GSF manteve-se em patamares agravados.

As usinas hidrelétricas também foram impactadas severamente pelo regime hidrológico, operando reservatórios em capacidade abaixo da média dos últimos anos, o que levou o Operador Nacional do Sistema (ONS) a priorizar o despacho de energia por meio das usinas termoeletricas, buscando preservar os níveis dos reservatórios para o período seco. Outro ponto de atenção para a geração das usinas hidráulicas é o despacho crescente de geração de energias intermitentes (eólicas e solares) e de reserva, fator este não caracterizado como risco hidrológico, que aumenta a exposição das hidrelétricas ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e no Mercado de Curto Prazo (MCP) ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), proporcionando significativo impacto financeiro.

PLD

Preço de Liquidação das Diferenças

2019

média de R\$227,10/MWh

2020

média de R\$ 177,00/MWh



GSF

Generation Scaling Factor

2019

média de 85,5%

2020

média de 80,9%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

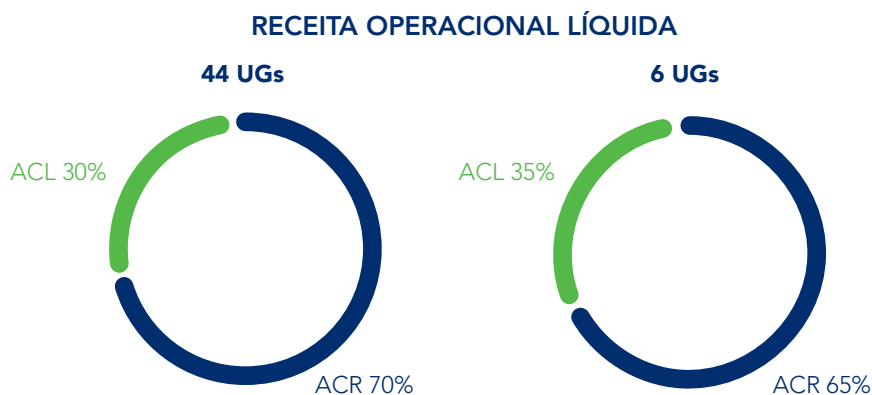


COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou, no exercício de 2020, receita operacional líquida de R\$ 3.200 milhões, praticamente em linha com o mesmo período de 2019 (R\$ 3.198 milhões).

A Companhia já comercializou 100% do volume de sua energia por meio da celebração de contratos no ACR (Ambiente de Contratação Regulado) e ACL (Ambiente de Contratação Livre), com a composição demonstrada abaixo:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**CUSTOS OPERACIONAIS**

Em 2020, os custos operacionais ajustados da Companhia, excluindo a reversão da provisão do Claim efeito prazo, mantiveram-se em linha quando comparados com o mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 2.655 milhões para R\$ 2.691 milhões, conforme apresentado a seguir:

(R\$ mm)	2020	2019
CCEE/Energia Comprada	(487)	(505)
Encargos Setoriais	(1.193)	(1.111)
Pessoal	(66)	(70)
Material	(17)	(23)
Depreciação e amortização	(840)	(833)
Serv. de terceiros/Outros	(87)	(63)
Custos Operacionais	(2.691)	(2.479)
Reversão da Provisão Claim efeito prazo	-	(176)
Custos operacionais ajustados	(2.691)	(2.655)

**DESPESAS GERAIS
E ADMINISTRATIVAS**

(R\$ mm)	2020	2019
Pessoal	(32)	(31)
Serviços de terceiros	(40)	(38)
Seguros	(3)	(12)
Outras	(8)	(15)
Total	(83)	(95)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro líquido passou de R\$ 1.552 milhões em 2019 para R\$ 1.853 milhões em 2020. Esta variação deve-se ao aumento da receita e despesa financeira, conforme detalhamento a seguir:

Resultado Financeiro (R\$mm)	2020	2019	Var.
Receitas financeiras	259	131	97%
Receita de aplicações financeiras	12	18	-34%
Outras receitas financeiras	1	20	-95%
Variações monetárias (moeda nacional)	241	96	152%
Variações monetárias (uso do bem público)	6	-	-
Tributos sobre receitas financeiras	(1)	(2)	-48%
Despesas financeiras	(2.112)	(1.683)	25%
Juros de dívidas	(1.813)	(1.540)	18%
Variações monetárias de dívidas	-	-	-
Variações monetárias (uso do bem público)	(35)	(27)	31%
Variações monetárias moeda nacional	(259)	(105)	146%
Outras despesas financeiras	(4)	(11)	-61%
Total	(1.853)	(1.552)	19%

**RECEITA FINANCEIRA**

O expressivo aumento da receita financeira no ano de 2020 deve-se à correção monetária (IGP-M) dos dispêndios reembolsáveis (gastos realizados pela Companhia que serão reembolsados pelo Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, objeto da arbitragem).

A provisão refere-se à bonificação pela Companhia ao CCSA por antecipação do cronograma contratual de entrada em operação comercial.

Dessa forma, em razão de novos desenvolvimentos do Processo Arbitral em curso e das alegações iniciais apresentadas em 2019, a Companhia, em conjunto com os Assessores Jurídicos, concluiu não haver qualquer dispositivo contratual que dê embasamento à interpretação do CCSA de que teria direito aos bônus acordados por antecipação para tal período.

**DESPESA FINANCEIRA**

A despesa financeira da Companhia foi impactada principalmente pelo aumento do saldo devedor das dívidas, que resultou em um aumento das despesas com juros, intensificado pela adesão ao "standstill", e as atualizações monetárias (IGP-M) das outras provisões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA**

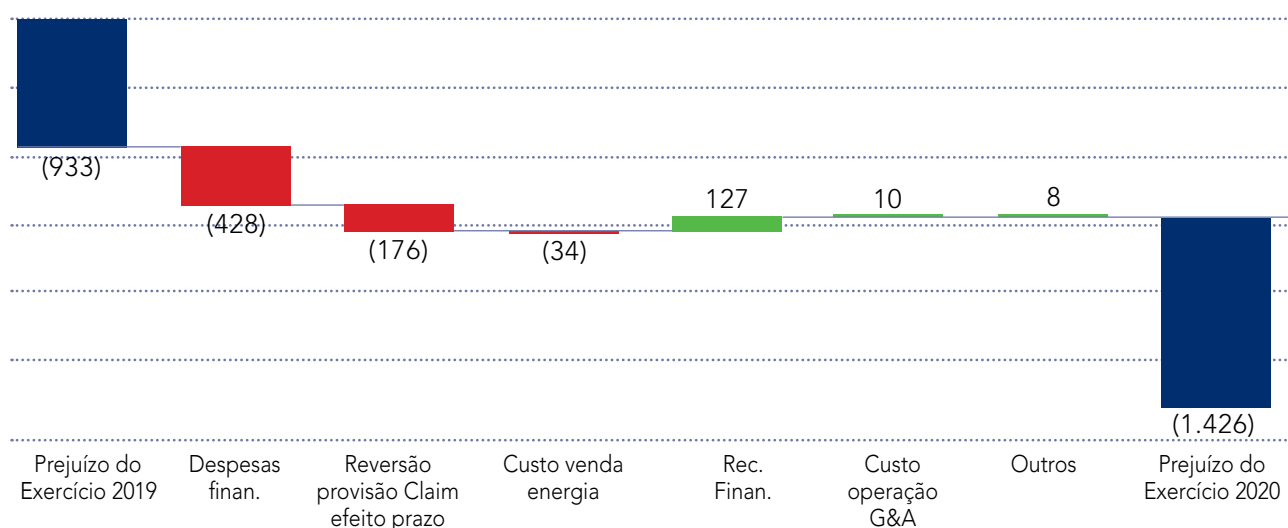
No ano de 2020, o EBITDA da Companhia alcançou o montante de R\$ 1.268 milhões (margem 40%). Este resultado está em linha, quando comparado ao mesmo período de 2019, ao desconsiderar a reversão da provisão, conforme explicado no item "Custos Operacionais".

	R\$MM	
	2020	2019
EBITDA / DRE	1.268	1.458
Reversão da Provisão	-	(176)
EBITDA ajustado	1.268	1.282
Margem EBITDA Ajustado	40%	46%

**PREJUÍZO DO PERÍODO**

A Companhia encerrou o ano de 2020 com um prejuízo de R\$ 1.426 milhões, frente a um prejuízo de R\$ 933 milhões em 2019.

As principais variações podem ser observadas no gráfico a seguir:

R\$MM

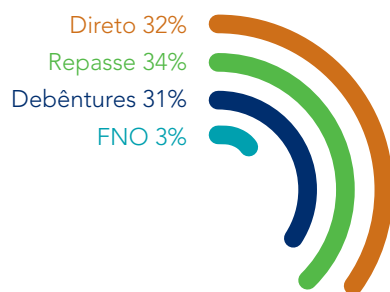
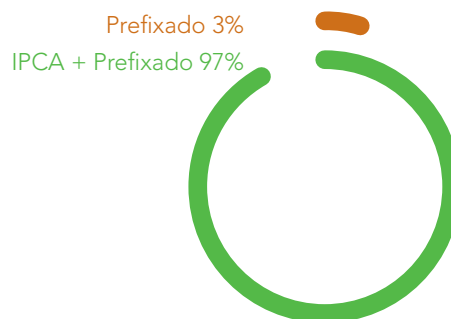
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS**

O saldo correspondente à dívida da SAE em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 17.194 milhões, conforme demonstrado no detalhamento por tipo de financiamento e por forma de indexação:

R\$ MM				
Origem	Custo	Dívida Bruta	%	Venc.
BNDES		11.412	66%	-
BNDES Direto	TLP* + 3,9%	5.572	32%	set. - 40
BNDES Repasse	TLP* + 4,7%	5.840	34%	set. - 40
FNO	8,5% Prefixado **	565	3%	dez. - 30
Debêntures		5.216	31%	-
1ª Emissão		3.921	23%	-
1ª Série	IPCA + 6,5%	2.001	12%	out. - 37
2ª Série		1.920	11%	jun. - 38
2ª Emissão	IPCA + 6,2%	336	2%	dez. - 22
3ª Emissão		959	6%	-
1ª Série	IPCA + 7,05%	240	1%	abr. - 22
2ª Série	IPCA + 7,49%	719	4%	abr. - 24
Total		17.194	100%	

* TLP = IPCA + 2,98%.

** Taxa de 10% a.a. considerando um bônus de adimplência de 15%.

ORIGEM**PERFIL DA DÍVIDA**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ao longo de 2020, a Companhia, com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia, aderiu aos programas emergenciais "standstill", sendo:

BNDES: Foram postergadas 06 parcelas de juros, pois os financiamentos estão em período de carência de principal, do período compreendido de julho a dezembro/2020 do financiamento do BNDES Direto e Repasse, no montante de R\$ 141 milhões e R\$ 152 milhões respectivamente.

FNO: Foram postergadas 09 parcelas de juros e principal do financiamento do Banco da Amazônia S.A. – FNO do período compreendido de abril a dezembro de 2020, no montante total de R\$ 57 milhões.

As parcelas postergadas do financiamento do BNDES Finem e FNO foram capitalizadas ao saldo devedor, sem incidência de juros de mora durante o período de suspensão e sem alteração do prazo de amortização da dívida.

RATING

Em 22 de abril de 2020, a Companhia obteve a afirmação do rating em BBB-(bra) pela agência "Fitch Ratings" em relação à 3ª emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 02 (duas) Séries, para Distribuição Pública ("3ª Emissão") e da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 02 (duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais ("1ª Emissão").

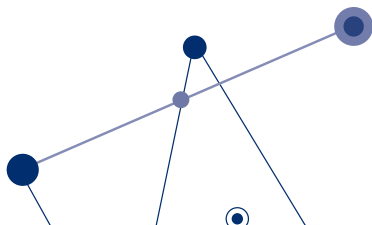
OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS – Covenants

A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES Finem e Escrituras de Debêntures que possuem cláusulas restritivas (covenants financeiros e não financeiros), as quais foram adequadamente cumpridas pela Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2020.

Ao longo de 2020, para reforçar a gestão e o controle das obrigações assumidas nos Contratos de Financiamentos, bem como mitigar possíveis impactos decorrentes de quebra de covenants, a Companhia implantou um sistema sofisticado para a gestão eficiente e maior controle de suas obrigações.

Cabe ressaltar que, para o covenant **Patrimônio Líquido/Ativo Total**, a SAE obteve waiver dos debenturistas da 2ª e 3ª emissões pelo não atingimento do covenant, válido até o encerramento do exercício social de 2021, conforme obrigação constante nas escrituras destas emissões de manter este indicador igual ou superior a 25%. Em 2020 este indicador foi de 8%.

E, para o covenant **Dívida Líquida/Patrimônio Líquido**, foi obtido waiver dos debenturistas da 1ª emissão pelo não atingimento do covenant, até o encerramento do exercício social de 2028, conforme termos da Escritura de debêntures desta emissão, de manter este indicador em um valor inferior a 3,5x. Em 2020 este indicador foi de 9,2x.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS

Sob impacto dos efeitos da pandemia da Covid-19, os investimentos previstos para a maximização da performance da UHE Santo Antônio foram redirecionados para os próximos anos. Decisão orientada pelo plano de contingência para manter a operação da planta.

Os investimentos realizados no ano de 2020 totalizaram R\$ 83 milhões e foram direcionados principalmente para:

- Revitalização da Praça da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM);
- Obras no Distrito de Jaci-Paraná;
- Indenizações de Jaci-Paraná e da Ação Civil Pública "ACP" de Joana D'Arc.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



GOVERNANÇA CORPORATIVA

De acordo com o Estatuto Social da Santo Antônio Energia, o Conselho de Administração é composto da seguinte forma:

Conselho de Administração

Mandato

Mandato unificado de um ano.
Permite reeleição.

Composição

11 membros efetivos,
sendo 02 conselheiros independentes
e respectivos suplentes.

Observação: conforme o Regulamento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, 20% no mínimo deverão ser conselheiros independentes e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os eleger.

A Companhia possui um sistema de governança formal, com os seguintes instrumentos em vigor:

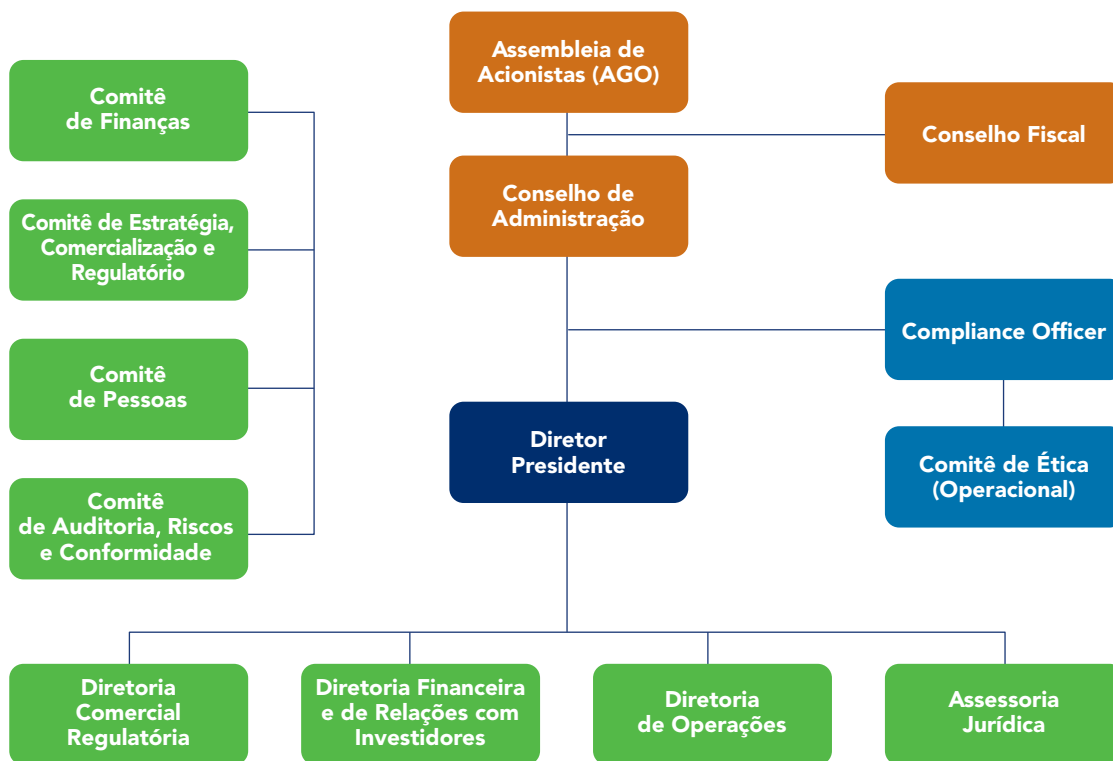
- Estatuto Social
- Acordo de Acionistas
- Código de Governança e
- Política de Conflito de Interesses, sendo estes três últimos documentos relativos à controladora MESA e aplicável, no que couber, à Companhia

Adicionalmente, para melhor desempenho de suas funções, o Conselho de Administração poderá valer-se de Comitês de Apoio, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração atualizado em 31 de janeiro de 2020.

Os Comitês não têm função executiva ou poder de decisão, mas sim as finalidades de assessorar o Conselho, assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou recomendações de ações e pareceres ao Conselho.

Atualmente, a Companhia possui 4 Comitês permanentes:

- Comitê de Pessoas
- Comitê de Finanças
- Comitê de Auditoria, Riscos e Conformidade e
- Comitê de Estratégia, Comercialização e Regulatório

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ESTRUTURA CORPORATIVA E GOVERNANÇA**

Na busca das melhores práticas de governança corporativa, em 2020, a Companhia implementou o novo Portal de Governança, que garante aos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Apoio, do Conselho Fiscal e da Diretoria maior transparência e facilidade no acesso às informações necessárias para um melhor desempenho de suas responsabilidades legais e estatutárias, através de ferramentas de armazenamento de documentos, gerenciamento de reuniões, fóruns de discussão, entre outras.

Diante da atual estrutura apresentada, a Companhia compromete-se a continuar aplicando e aperfeiçoando constantemente todos os procedimentos necessários para o atendimento das melhores práticas de Compliance e Governança Corporativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



COMPLIANCE

A Companhia fortaleceu os pilares de seu Programa de Integridade, com a atualização de procedimentos corporativos e o contínuo monitoramento de terceiros e realização de campanhas de comunicação e treinamentos.

Sobre os desafios trazidos pelo momento de pandemia em 2020, a Companhia desenvolveu junto à área de Riscos e Compliance um relatório de acompanhamento estabelecendo práticas de rotina para mitigação de riscos que possivelmente possam surgir neste momento singular.

Destacam-se outras atividades realizadas ao longo de 2020: (i) Pesquisa de Clima Ética com o objetivo de avaliar a perspectiva dos Integrantes sobre as ações realizadas pela Companhia; (ii) Mapeamento dos processos e Controles internos; e (iii) Criação de rotinas de Auditorias Internas de acordo com o cronograma anual estabelecido.

A implementação dessas atividades se demonstrou eficaz no monitoramento dos riscos relacionados à

pandemia, no que tange aos assuntos de Compliance e Controles Internos. Como exemplo de sinergia, tanto as contratações emergenciais necessárias para enfrentamento da Covid-19 quanto as doações feitas em apoio a nossa comunidade seguiram estritamente as regras internas de Compliance e já foram inclusive objeto de auditorias internas que validaram esse cenário de conformidade.

As boas práticas de sustentabilidade e a ética corporativa foram fortalecidas pela Companhia ao tornar-se uma empresa do **Global Compact** das Nações Unidas. O Pacto é uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes mundiais para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras. Essa iniciativa demonstra o compromisso da SAE em tornar os princípios sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção parte da estratégia, da cultura e das operações cotidianas da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Hidrelétrica Santo Antônio é referência em produção de energia limpa e de fonte renovável no Brasil e no mundo.

Desde a sua concepção, o projeto da Hidrelétrica Santo Antônio foi desenvolvido para obter o máximo de aproveitamento do potencial dos recursos hídricos do rio Madeira com o mínimo impacto socioambiental na região, cuja preservação da biodiversidade é foco permanente.

Foram investidos mais de R\$ 2 bilhões em sustentabilidade, permitindo que 28 programas socioambientais fossem desenvolvidos para mitigar possíveis impactos decorrentes da implantação da hidrelétrica.

Esses programas são focados em ações voltadas para a comunidade, proteção do ambiente físico (solo, clima, lençóis freáticos e sedimentos) e proteção do meio biótico (flora e fauna aquática e terrestre, qualidade da água, supressão da vegetação e resgate da fauna), reassentamento de comunidades e investimentos nas áreas de saúde pública, educação e infraestrutura.

Reforçando seu compromisso social, a Companhia estendeu seu apoio às iniciativas de prevenção que os órgãos governamentais vêm desenvolvendo em benefício da saúde dos moradores de Rondônia. Em 2020 realizou a doação de aventais cirúrgicos, máscaras, insumos para exames laboratoriais, equipamentos

de proteção e outros materiais que reforçam a prevenção do coronavírus na região.

Desde o início da pandemia, a Companhia já investiu mais de R\$ 700 mil em doações de equipamentos de proteção, testes rápidos, materiais para exames de Covid-19 e cestas básicas.

Além disso, foram doados equipamentos de proteção individual e cestas básicas para as comunidades indígenas da região, com o objetivo de assegurar a integridade e o distanciamento social necessários neste período.



A HIDRELÉTRICA MANTÉM-SE COMO UM IMPORTANTE VETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO. DESDE O INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL, A COMPANHIA JÁ PAGOU R\$ 550 MILHÕES EM ROYALTIES, COMO COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS (CFURH) DISTRIBUÍDOS ENTRE O ESTADO DE RONDÔNIA (25%), O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (65%) E A UNIÃO (10%). UMA CONTRIBUIÇÃO PERMANENTE E DE EXTREMA RELEVÂNCIA PARA OS BENEFICIADOS.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Aquisição de Equipamentos

O programa de P&D da Companhia atende a todos os requisitos exigidos pela ANEEL, em busca do desenvolvimento de pesquisas tecnológicas que viabilizam a elaboração de projetos inovado-

res destinados à melhoria operacional e à otimização de custos da Companhia.

Dentro dos principais projetos realizados pela Companhia, destacam-se:



Projeto Log Boom

Ferramenta computacional que auxilia o operador na análise do carregamento estrutural das linhas do Log Boom em função da vazão, da correnteza, da geração de energia, do acúmulo de troncos e detritos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Avaliação da vida útil dos transformadores

Inteligência artificial para analisar a saúde dos transformadores, bem como prever o comportamento futuro sob determinadas condições de operação.



Revestimento das pás das turbinas

Desenvolvimento de técnicas de deposição de revestimentos por aspersão térmica robotizada para redução de desgaste por erosão e cavitação em turbinas hidráulicas, através de HVOF (combustível de oxigênio de alta velocidade).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS

Ao final de 2020 a Companhia contava com 381 Integrantes, dos quais 82% estavam localizados em Porto Velho. O perfil educacional do seu quadro de Integrantes contempla 53% com nível superior completo e 6% em formação, além de 28% com formação técnica e 13% com ensino médio.

A SAE mantém programas de treinamentos para todos os seus níveis hierárquicos. Em 2020 o investimento em educação foi de cerca de R\$1,5 milhão.

O novo cenário socioeconômico exigiu esforços

conjuntos para garantir a segurança e a saúde dos profissionais da Santo Antônio Energia.

Nesse sentido, com base nos pilares da Companhia, foram desenvolvidas ações para fortalecer os elos entre as pessoas e a Cultura SER (Sinergia, Eficiência e Resultados Sustentáveis), a fim de garantir a qualidade de vida dos seus Integrantes, conforto e proteção.

Por essa razão, os treinamentos virtuais foram importantes ferramentas de aproximação e aperfeiçoamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DEMAIS ASSUNTOS RELEVANTES DA COMPANHIA

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o seu Estatuto Social, a Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social, no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal.

Em função de restrições previstas em contratos de financiamentos em que figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Companhia somente poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, após a conclusão física e financeira do projeto. Igualmente, somente poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório após a expressa autorização do BNDES, do banco líder dos bancos repassadores de recursos do BNDES, do Banco da Amazônia e da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou após a liquidação total dos financiamentos e debêntures.

Constituída em 2008, a Companhia contabiliza prejuízos acumulados até o exercício concluído em 31 de dezembro de 2020. Por esta razão, assim como pelas restrições previstas nos contratos de financiamentos acima referidas, não houve pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da SAE, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**PARQUE MAPINGUARI – CONDICIONANTE
LO Nº 1044/2011 (EVENTO SUBSEQUENTE)**

Em fevereiro de 2021, a Companhia comunicou ao mercado, e na mesma ocasião requereu ao IBAMA, o ajuste temporário da Licença de Operação Nº 1044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação, emitida 04.12.2019, em face da existência de parâmetros estabelecidos para a operação da Usina às condições naturais do rio Madeira no período de cheias que possam afetar o Parque Nacional Mapinguari no estado de Rondônia.

Desde 2018, tramita o Projeto de Lei nº 11.133/2018 no Congresso Nacional para estabelecer a desafetação de 0,03% do Parque Nacional Mapinguari.

A Companhia vem monitorando a evolução das vazões do Rio Madeira e mantendo o IBAMA e demais autoridades informadas em razão dos parâmetros estabelecidos na Licença de Operação.

Em face desse monitoramento e do aumento verificado na vazão do Rio Madeira, em 12 de fevereiro de 2021 a Companhia entrou na 5ª Vara Federal de Porto Velho requerendo tutela de urgência, que lhe foi deferida em 13 de fevereiro, para que seja autorizada a continuar operando a Usina sem colocar em risco a integridade das instalações e atendendo à confiabilidade do suprimento energético do Acre-Rondônia durante a pandemia, podendo operar independentemente da cota estabelecida para o Parque Nacional de Mapinguari, até que o IBAMA aprecie o requerimento a ele apresentado pela Companhia.

**RELACIONAMENTO COM AUDITORES
INDEPENDENTES**

De acordo com os termos do Estatuto Social da Santo Antônio Energia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

A fim de evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos auditores externos independentes, a Companhia adota constantemente procedimentos como consultar os referidos auditores para assegurar que a realização da prestação desses e de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Durante o exercício de 2020 foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Os honorários desses serviços não foram significativos, representando menos de 21% do total dos honorários relacionados à auditoria externa.

**APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foram apresentadas ao Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2021, e que serão oportunamente submetidas à deliberação em AGOE.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

A Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações legais – riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, em resposta a notícias veiculadas na mídia a partir do ano de 2015, com as delações premiadas no contexto da Operação Lava Jato, sobre o suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Companhia com alegações de possíveis atividades ilícitas, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), a administração da Companhia conduziu investigação independente, concluída em fevereiro de 2019, que concluiu que, salvo novos desdobramentos em decorrência de investigações e correspondentes medidas legais ainda não concluídas, não existem evidências objetivas que corroborem as alegações feitas. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto a redução ao valor recuperável (“impairment”) do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado somavam o montante de R\$18.401.398 mil, conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras. Tais ativos são referentes a usina hidrelétrica Santo Antônio, e considerados como uma única unidade geradora de caixa, conforme definição estabelecida pelo CPC 01 (R1) /IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi o valor em uso, que requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas subjetivas, tais como: (i) estimativa de fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter com a utilização de seus ativos; (ii) estimativa dos custos necessários para geração de energia, tais como “TUST”, “GSF” e “FID”; e (iii) definição da taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto a estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados a geração de energia; e (iii), há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável desta unidade geradora de caixa; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em valorização para nos auxiliar na avaliação da razoabilidade do modelo de avaliação, na metodologia e na taxa de desconto utilizada; (iii) a avaliação das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável desta UGC.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Monitoramento de cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros e não financeiros

Conforme a nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, os contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas restritivas (“covenants”) que, no caso de não cumprimento, concede aos credores a faculdade de declarar o vencimento antecipado dos montantes exigíveis no longo prazo. Dentre as várias cláusulas, destaca-se a ocorrência de pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos respectivos contratos, o que ocorreu no segundo trimestre de 2019 com as empresas intervenientes Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (“OPI”), Odebrecht Energia do Brasil S.A. (“OEB”) e Odebrecht S.A.

O monitoramento de tais “covenants” foi considerado um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) em virtude do endividamento da Companhia, os montantes relativos a tais contratos de empréstimo representam parte substancial do saldo do passivo circulante e do não circulante; (ii) o não cumprimento de tais “covenants” poderia resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais contratos, o que poderia impactar de forma significativa a posição patrimonial, financeira e de liquidez da Companhia; e (iii) existe subjetividade na interpretação e aplicação de tais “covenants”.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados com a análise periódica dos “covenants” financeiros e não financeiros; (ii) o entendimento dos termos contratuais que determinam tais “covenants”, incluindo a repactuação das dívidas ocorridas em 2018; (iii) o teste matemático das premissas determinadas nos contratos para o cálculo de “covenants” financeiros, e verificação de seu respectivo cumprimento; (iv) procedimentos de confirmação externa e obtenção junto à Administração, de declaração dos credores (obtida antes da data do balanço) quanto ao não exercício desse direito nos próximos doze meses; e (v) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os procedimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o “Relatório da Administração”, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

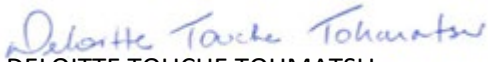
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcio Albuquerque Cavalcanti
Contador
CRC nº 1 SP 264164/O-4

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	262.524	77.317	Fornecedores	14	216.947	521.182
Contas a receber	6	357.339	382.927	Obrigações estimadas com pessoal		13.457	13.241
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		19.465	22.432	Empréstimos e financiamentos	15.1	107.579	73.428
Tributos compensáveis		5.697	36.627	Debêntures	15.2	306.533	211.079
Estoques		81.300	68.419	Impostos e contribuições	16	45.411	59.644
Depósitos em garantia	7	98.145	83.131	Adiantamentos de clientes	17	137.926	97.489
Despesas pagas antecipadamente	9	34.810	37.604	Encargos regulamentares e setoriais		70.849	74.638
Outros ativos	8	85.737	41.234	Cauções em garantia	18	20.026	17.287
Total do ativo circulante		<u>945.017</u>	<u>749.691</u>	Concessões a pagar	19	23.842	22.875
				Provisões socioambientais	20	193.806	61.107
NÃO CIRCULANTE				Outros passivos		<u>10.157</u>	<u>22.262</u>
Tributos compensáveis		6	6	Total do passivo circulante		<u>1.146.533</u>	<u>1.174.232</u>
Depósitos em garantia	7	191.662	103.391				
Despesas pagas antecipadamente	9	94.517	128.464	NÃO CIRCULANTE			
Dispêndios reembolsáveis	10	1.260.332	1.025.622	Fornecedores	14	-	161.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	505.342	505.367	Empréstimos e financiamentos	15.1	11.858.110	10.924.960
Outros ativos	8	1.639	1.639	Debêntures	15.2	4.902.313	4.750.200
Imobilizado	12	18.401.398	19.074.788	Impostos e contribuições	16	23.778	50.961
Intangível	13	267.905	164.409	Adiantamentos de clientes	17	339.470	178.897
Total do ativo não circulante		<u>20.722.801</u>	<u>21.003.686</u>	Cauções em garantia	18	560.076	420.669
				Concessões a pagar	19	257.352	252.706
				Obrigações vinculadas à concessão		6.495	3.730
				Provisões socioambientais	20	275.559	191.197
				Provisão para contingências	21	44.440	43.723
				Outras provisões	22	417.731	339.237
				Outros passivos		<u>734</u>	<u>-</u>
				Total do passivo não circulante		<u>18.686.058</u>	<u>17.317.993</u>
						<u>19.832.591</u>	<u>18.492.225</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
				Capital social		9.664.356	9.664.356
				Prejuízos acumulados		<u>(7.829.129)</u>	<u>(6.403.204)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>1.835.227</u>	<u>3.261.152</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>21.667.818</u>	<u>21.753.377</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>21.667.818</u>	<u>21.753.377</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	3.200.238	3.197.523
Receita líquida de venda de energia		3.200.238	3.197.523
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	26.1	(2.691.029)	(2.479.440)
Custo com venda de energia elétrica		(1.576.314)	(1.542.373)
Custo de operação		(1.114.715)	(937.067)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		509.209	718.083
Despesas gerais e administrativas	26.2	(82.798)	(95.223)
Outras receitas		524	-
Outras despesas		-	(3.330)
RESULTADO OPERACIONAL		426.935	619.530
Receitas financeiras	27	258.769	131.328
Despesas financeiras	27	(2.111.604)	(1.683.172)
DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		(1.852.835)	(1.551.844)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.425.900)	(932.314)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(25)	(204)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.425.925)	(932.518)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)	24	(142,59)	(93,25)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1.425.925)	(932.518)
Resultado abrangente do exercício	(1.425.925)	(932.518)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA CONTROLADORA	<u>(1.425.925)</u>	<u>(932.518)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019		9.664.356	(5.470.686)	4.193.670
Prejuízo do exercício		-	(932.518)	(932.518)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	23	<u>9.664.356</u>	<u>(6.403.204)</u>	<u>3.261.152</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		9.664.356	(6.403.204)	3.261.152
Prejuízo do exercício		-	(1.425.925)	(1.425.925)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	23	<u>9.664.356</u>	<u>(7.829.129)</u>	<u>1.835.227</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício antes do IR e da CS		(1.425.900)	(932.314)
Ajustes:			
Juros e variações monetárias, líquidas	27	1.828.727	1.546.460
Depreciações e amortizações	12 e 13	843.160	840.135
Baixa de imobilizado	12	36.142	17.994
Baixa Intangível	13	36	-
Provisão contingências	21.1	717	(1.808)
Bônus de antecipação		-	(258.751)
Amortização dos custos de captação de dívidas		3.215	-
		1.286.097	1.211.717
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber		25.588	(55.316)
Outros ativos		(14.724)	(25.683)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.967	(3.219)
Despesas pagas antecipadamente	9	36.741	24.769
Tributos compensáveis		30.930	(32.320)
Fornecedores-Outros	14	(12.995)	(10.006)
Adiantamentos à Fornecedores-Compra de Energia		(42.659)	-
Energia elétrica comprada para revenda	14	(456.048)	(227.082)
Encargo de uso da rede	14	3.095	4.474
Obrigações estimadas com pessoal		216	(4.880)
Obrigações vinculadas à concessão - P&D		3.231	11.796
Impostos e contribuições sociais		(41.416)	(35.824)
Adiantamento de clientes	17	201.010	(90.267)
Encargos regulamentares e setoriais		(4.255)	(1.365)
Outros passivos		(11.370)	(6.950)
Realizações socioambientais	20	(62.168)	(116.247)
		944.239	643.597
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	15.1 (c)	(284.106)	(285.051)
Pagamento de juros e encargos sobre debêntures	15.2 (e)	(165.909)	(211.437)
Pagamento de uso do bem público	19.1	(23.693)	(22.786)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		470.531	124.323
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Depósitos em garantia	7	(103.285)	(59.022)
Adições ao imobilizado	12	(29.565)	(11.920)
Adições ao intangível	13	(1.370)	(2.186)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(134.220)	(73.128)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de financiamentos - Principal	15.1 (c)	(13.304)	(40.052)
Pagamento de debêntures - Principal	15.2 (e)	(137.800)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(151.104)	(40.052)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		185.207	11.143
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	77.317	66.174
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	262.524	77.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITAS		3.573.008	3.672.363
Receitas operacionais	25	3.572.430	3.672.213
Outras receitas		578	150
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(1.897.537)	(1.726.922)
Serviços de terceiros		(1.209.252)	(1.183.889)
Materiais e custo de energia		(659.569)	(632.075)
Outros		(28.716)	89.042
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.675.471	1.945.441
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO	26.1	(841.292)	(838.436)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		834.179	1.107.005
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras, líquidas	27	258.769	131.328
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.092.948	1.238.333
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.092.948	1.238.333
SALÁRIOS E ENCARGOS		85.124	87.063
Remuneração direta		61.621	63.074
Benefícios		19.335	18.248
FGTS		4.168	5.741
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		331.916	416.274
Federais		221.122	209.364
Estaduais		110.247	205.796
Municipais		547	1.114
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS		2.101.833	1.667.514
Juros		2.100.643	1.666.240
Aluguéis		1.190	1.274
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO		(1.425.925)	(932.518)
Prejuízo do exercício		(1.425.925)	(932.518)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Companhia

A Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia” ou “SAE”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, “Categoria B”, nos termos da instrução 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

Em 29 de setembro de 2008, Companhia recebeu de sua Controlada, Madeira Energia S.A., por meio de transferência anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a concessão de geração de energia, tornando-se responsável pela construção e operação da Usina, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

1.2. Capacidade de geração

A Usina Hidrelétrica (“UHE”) Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo “bulbo” que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água.

A sua Licença de Operação vigente (Nº 1044/2011-1ª Renovação-2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026.

Em 31 de dezembro de 2020, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.424,2 MW médios de garantia física.

1.3. Comercialização de energia elétrica

A UHE Santo Antônio iniciou a sua operação comercial em 2012 com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em dezembro de 2016 quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial.

A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 Unidades Geradoras – 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs correspondendo a 1.552 MW médios, distribuídos entre 37 contrapartes (Empresas distribuidoras de energia elétrica) com vencimento no ano de 2041.

Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com 8 grandes clientes com vencimento no ano de 2027.

Notas Explicativas

A energia adicional, referente às 06 novas Unidades Geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira:

- A SAE participou do 19º leilão de energia A-3, no qual a Companhia vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEARs começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046.
- Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre – CCEALs com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029.

1.4. Programa de integridade da Companhia

No que se refere à Lei 12.846/13, desde 2017 a Companhia possui uma Área de “*Compliance*” e Controles Internos que implementou um Programa de Integridade compreendendo um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que tem como objetivo detectar, prevenir e responder irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, desta forma validando que a Companhia mantém seus registros financeiros corretos e fidedignos.

Dentre as atribuições da Área de “*Compliance*” e Controles Internos está a orientação e apoio às áreas internas em questões relacionadas ao seu Código de Ética e Conduta e Política Anticorrupção, bem como a promoção do adequado desenvolvimento das atividades de gerenciamento do Programa de Integridade dentro da Companhia. Desde 2018, a Companhia vem executando com sucesso atividades de treinamento em eventos presenciais e por intermédio de uma plataforma de treinamento “online”, e a revisão e mapeamento de riscos de “*compliance*” que promove a melhoria contínua no Programa e nos controles em linha com as melhores práticas do mercado. A Companhia desenvolveu seu papel de enfrentamento aos desafios reputacionais levantados no passado, tendo implementado todas as recomendações dadas por seus consultores externos para aprimoramento de seus controles internos a partir de auditorias e investigações independentes. A Alta Administração está comprometida com o Programa de Integridade da Companhia e monitora as atividades permanentemente.

Em 2020, a Área de “*Compliance*” e Controles Internos passou a se chamar Área de Riscos e “*Compliance*”, agregando o monitoramento e acompanhamento dos riscos estratégicos da Companhia. Como prática de mercado em grandes companhias, agora todas as atividades de GRC (“*Governance, Risk and Compliance*”) ficam agregadas em uma única unidade, responsável por manter o Programa de Integridade da Companhia vivo e também aperfeiçoar as atividades de controles da Companhia de forma contínua baseando-se em riscos mapeados. O monitoramento dos riscos corporativos é feito de forma contínua pela Alta Administração, bem como a implementação de planos de ação com a finalidade de mitigar os riscos mapeados. Trata-se de um trabalho contínuo e integrado com as áreas responsáveis pelos riscos, conforme boas práticas do mercado em Governança, Risco e “*Compliance-GRC*”.

Ademais, com o objetivo de aprimorar suas práticas de governança, a Companhia também conta com uma área de Governança Corporativa ligada à Presidência, que promove o adequado acompanhamento da governança e reporte periódico à Alta Administração.

1.5. Eventos relevantes do exercício

a) Impacto da pandemia (“*vírus*” ou “*COVID-19*”) nas demonstrações financeiras

A Companhia, assim como todas as demais empresas, bem como a população em geral, vem enfrentando a disseminação do novo Coronavírus (“*vírus*” ou “*COVID-19*”), que tem exigido várias medidas preventivas de gerenciamento.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Tão logo a Companhia tomou conhecimento da propagação do vírus no Brasil, instalou um comitê permanente de crise, que imediatamente adotou as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde e pela sua área médica, para proteção dos seus integrantes sem deixar de garantir a geração plena de energia para o sistema elétrico brasileiro.

Os integrantes que atuam em atividades corporativas passaram a trabalhar em regime de “home office” desde 19 de março de 2020, tanto em São Paulo como na Usina. As atividades operacionais da Usina foram mantidas de forma reduzida ao mínimo necessário para manter a normalidade da operação e manutenção, deixando todos os integrantes não indispensáveis a este nível de trabalho, em regime de afastamento remunerado.

Posteriormente, face ao agravamento da pandemia em Porto Velho, a Companhia adotou, no dia 4 de junho de 2020, um regime especial de operação contínua em confinamento, que vem sendo mantido até a data destas demonstrações financeiras, a fim de garantir a geração de energia da Usina, sendo despachada normalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS.

Paralelamente às medidas de prevenção, a Companhia, reforçando seu compromisso social, estendeu seu apoio às iniciativas que os órgãos governamentais vêm desenvolvendo em benefício da saúde dos moradores de Rondônia. Foram doados insumos médicos, equipamentos de proteção individual e outros materiais para reforçar a prevenção do Coronavírus na região. Além disso, a Companhia efetuou doação de cestas básicas e equipamentos de proteção individual para as comunidades indígenas da região, com objetivo de garantir a integridade e o distanciamento social, necessários na pandemia.

No âmbito comercial, os clientes estão 100% adimplentes, tanto no ACL (contratos de compra e venda no mercado livre) como no ACR (contratos de compra e venda no mercado regulado). Muito contribuiu para a total adimplência verificada no mercado regulado as diversas medidas adotadas pelo Poder Executivo, MME e ANEEL visando a mitigação dos efeitos da COVID-19. Dentre as medidas destaca-se a injeção de liquidez no caixa das distribuidoras mediante empréstimo emergencial num valor global de R\$ 15,1 bilhões, com o que puderam manter a integridade dos contratos atuais e salvaguardaram o fluxo normal de recursos na cadeia do setor. Em contrapartida as distribuidoras comprometeram-se à, além de manterem os contratos e a adimplência plena, não requerer eventos de caso fortuito ou força maior atinente à pandemia do Coronavírus e a desistir de qualquer ação em trâmite na justiça comum ou arbitral.

Com relação à operação da Usina, em julho de 2020, conforme o plano de manutenção programada, a Companhia fez o desligamento de 4 Unidades Geradoras para execução de trabalhos de manutenção, aproveitando o período de restrição hídrica, que acontece anualmente.

Entretanto, em face da pandemia de COVID-19 e por medida preventiva para evitar o contágio, as atividades de manutenção mais específicas, que demandam aglomeração de pessoas em espaços restritos, foram adiadas e, devido ao recrudescimento do contágio na cidade de Porto Velho, ainda não foram retomadas. A Aneel foi comunicada do fato tendo a Companhia requerido que a indisponibilidade das unidades geradoras não seja computada no cálculo do FID em razão de que decorre de fatos supervenientes por força da pandemia.

A medida foi tomada para garantir a integridade dos equipamentos da Usina, que não devem voltar a operar sem a devida manutenção, bem como, o mais importante, para preservar a segurança e a saúde dos integrantes e colaboradores que trabalham nesta manutenção.

Notas Explicativas

Até a data destas demonstrações financeiras não foram identificados impactos a serem reconhecidos por este fato, devido as baixas vazões verificadas no rio Madeira. Na continuidade do ciclo normal do rio, poderá ocorrer algum impacto não importante e apenas no caso de a vazão elevar-se e não ocorrer a retomada das atividades de manutenção a tempo das unidades retornarem à operação.

A Companhia monitora permanentemente a evolução da pandemia e mantém atualizados distintos cenários de desdobramento e respectivos impactos nas vertentes operacional, financeira, regulatória e jurídica.

Adicionalmente, como parte do processo de elaboração destas demonstrações financeiras, a Companhia preparou um relatório de avaliação com o objetivo de identificar os fatores operacionais e financeiros associados à Pandemia da COVID-19 que pudessem causar efeito adverso na sua posição patrimonial e financeira, bem como as ações que estão sendo tomadas pela Administração para minimizar tais efeitos. Além disso, efetuou o teste anual de recuperabilidade dos ativos (*"Impairment Test"*) utilizando as mais recentes projeções de resultados futuros, considerando a elevação de taxas de desconto em virtude de um cenário de maior risco.

Os procedimentos realizados serviram de base para a conclusão da Administração de não existirem, até o momento, indicativos de impactos significativos no plano de negócios (PN) da Companhia que poderiam afetar de forma significativa as estimativas de realização dos ativos e dos resultados futuros.

O Teste de Recuperabilidade dos Ativos (*"Impairment Test"*), realizado de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*, evidenciou que o valor recuperável do ativo é superior ao valor contábil, não sendo, portanto, necessário o reconhecimento de qualquer provisão para redução ao valor recuperável nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

1.6. Capital circulante líquido—CCL negativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$201.516 (R\$424.541 em 31 de dezembro de 2019), decorrente, principalmente, das contas "Fornecedores" (nota explicativa nº 14), "Empréstimos e financiamentos" (nota explicativa 15.1) "Debêntures" (nota explicativa nº 15.2), "Adiantamento de Clientes" (nota explicativa nº 17) e "Provisões Socioambientais" (nota explicativa nº 20).

As hidrelétricas constituídas sob o formato de "Project Finance", estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira.

Vale ressaltar que a Companhia conta com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3), cujos registros dos recebíveis no Circulante, em atendimento às normas contábeis, só contemplam os valores efetivamente faturados relativos a um mês de suprimento de energia, diferentemente dos desembolsos com os financiamentos que contemplam os valores a pagar relativos aos próximos 12 meses. Consequentemente, se houvesse simetria nos registros, ou seja, se fossem considerados os recebíveis dos próximos 12 meses, a Companhia apresentaria CCL positivo.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards (IFRS)"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board (IASB)".

Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as *IFRSs*.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Notas Explicativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (nota explicativa nº 11), vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), Provisões socioambientais (nota explicativa nº 20), Provisões para contingências (nota explicativa nº 21) e Outras provisões (nota explicativa nº 22).

2.6 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2021.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As avaliações estão descritas a seguir:

CPC 15 (R1) / IFRS 03: As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Esclarece que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos devem incluir, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que, em conjunto, contribui significativamente para criação de *output*. Adicionalmente, um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* e processos necessários para criar *outputs*. Também introduziu um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente às transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação. As demonstrações financeiras não sofreram impactos em razão dessa alteração.

CPC 26 (R1) / IAS 1 e IAS 8: Alinham a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição. Não é esperado que essas alterações tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48/IFRS 09 – “Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge. As demonstrações financeiras não sofreram impactos em razão dessa alteração.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

CPC 06(R2) / IFRS 16: Concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia *Covid-19*. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia *Covid-19* é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento. As demonstrações financeiras não sofreram impactos em razão dessa alteração.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - *Conceptual Framework for Financial Reporting*: A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes. Essas alterações não impactam as demonstrações financeiras.

3.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

3.3 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica. O prazo médio de recebimento é de 22 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de "*impairment*", e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de "*impairment*" em 31 de dezembro 2020.

As PECLD são constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira destes.

Notas Explicativas**3.5 Demonstração dos fluxos de caixa**

Foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os Prejuízos Fiscais e a Base Negativa de Contribuição Social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

3.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas financeiras auferidas com esses recursos. Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) outros gastos realizados para concluir a obra como um todo.

A Companhia adota como depreciação o método linear e seu cálculo se iniciou quando a primeira unidade geradora entrou em operação comercial. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. A depreciação dos itens que fazem parte do projeto da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses itens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

3.8 Redução ao valor recuperável (“impairment”)**a) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “*impairment*” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de “*impairment*”, a Companhia calcula a soma dos fluxos de caixas operacionais estimados futuros descontados pela taxa de desconto média do custo de capital de terceiros e própria, e a partir deste valor compara com o valor contábil do ativo.

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

Ao fim de cada exercício, ou se houver indicadores de “*impairment*”, a Companhia verifica se há indicação de que seus ativos de longo prazo tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, e o valor contábil dos bens tangíveis ou intangíveis é reduzido para refletir o valor recuperável estimado. Portanto, o montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se houver a contabilização de perda por redução ao valor recuperável, ela é reconhecida imediatamente no resultado.

O teste de “*impairment*” realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as premissas adotadas pela Companhia para a projeção do fluxo de caixa operacional, taxa de desconto e os valores contábeis líquidos dos ativos imobilizado e intangível foram apuradas com base em fatos disponíveis na data-base de realização do teste.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram identificados pela Administração indicadores que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos de longo prazo.

Notas Explicativas

A projeção do fluxo de caixa operacional contemplou as seguintes premissas: (a) todo o período remanescente da concessão; (b) balanço de energia, efeitos do GSF; (c) montantes e preços de energia contratados no ACR e no ACL; (d) custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, encargos setoriais, compra de energia, encargos de transmissão, tributos e outras despesas e projeção de provisões a realizar após a data-base do teste. A taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente do fluxo de caixa operacional foi o custo médio ponderado de capital próprio e de terceiros da Companhia na data-base de realização do teste. O cálculo do WACC toma por base o custo do capital de terceiros (inclusive o impacto do benefício fiscal da dedutibilidade dessa despesa financeira) e o custo do capital próprio, este último calculado com base na metodologia “Capital Asset Pricing Model (CAPM)”.

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, pautando-se nas tendências futuras do setor elétrico, tanto a partir de fontes externas de informação como a partir de dados históricos, e também com base no resultado operacional e nas projeções da Companhia até o término da concessão com base no crescimento orgânico compatível com os dados históricos e com as perspectivas de crescimento da economia brasileira.

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável de seus ativos.

3.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.10 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características no fluxo de caixa, determinando a suas classificações no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

O CPC 48 (*IFRS 9*) simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais:

- (i) Custo amortizado.
- (ii) Valor justo por meio do resultado.
- (iii) Valor por meio do Outros Resultados Abrangentes (ORA), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais.

No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber	Custo amortizado
Depósitos em garantia	Valor justo por meio do resultado
Dispêndios reembolsáveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Adiantamento de clientes	Custo amortizado
Cauções em garantia	Custo amortizado

3.11 Provisões Socioambientais

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, concedeu licenças ambientais para a Companhia, as quais impõem condicionantes para a construção e operação do empreendimento. Os gastos relacionados as Condicionantes, foram estimados com base nos custos históricos e pesquisa de mercado, tal estimativa foi submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, quando da aprovação do Plano de Negócios.

A Companhia registra a provisão socioambiental de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 em consonância com os CPC 27, CPC 04 e a Orientação OCPC 05, que prevê que os valores referentes às condicionantes socioambientais incorporem o custo dos imobilizados (LI-Licença de Instalação) e intangível (Licença de Operação).

Cabe ressaltar que referida Orientação possibilita o ajuste futuro da provisão em contrapartida ao imobilizado e ou intangível, pois há complexidade em estimar gastos futuros com total certeza.

A Companhia, sempre que necessário, reavalia os compromissos assumidos com os diversos órgãos e fornecedores afim de sempre apresentar a melhor estimativa dos gastos com as Condicionantes Socioambientais.

3.12 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Notas Explicativas

3.13 Reconhecimento de receita

Venda de energia elétrica

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas da venda de energia aos consumidores, enquanto que suprimento de energia elétrica representa as vendas destinadas aos revendedores de energia.

3.14 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

4. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

4.1 Gestão de riscos

A Companhia possui políticas, estratégias operacionais e financeiras aprovadas por sua Administração que normatizam a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros de forma a garantir o valor, a liquidez, a segurança e a rentabilidade de seus ativos, bem como manter os níveis de endividamento e perfil da dívida conforme definido no Plano de negócios da Companhia e deliberações do Conselho de Administração.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

(i) Risco de taxa de juros e inflação

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais e inflação. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui R\$16.628.272 em empréstimos, financiamentos e debêntures contratados dos quais, R\$11.412.137 relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES e Bancos repassadores (nota explicativa nº 15.1) e R\$5.216.135 em debêntures (nota explicativa nº 15.2), desconsiderando o custo de transação financeira de R\$19.154, ambos atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

O financiamento obtido junto ao Banco da Amazônia S.A.-FNO não está contemplado no parágrafo acima pois possui juros pré-fixados de 10% a.a. com bônus de adimplência de 15% (nota explicativa nº 15.1 (b)).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Adicionalmente, a Companhia assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União cujo montante total fixado na contratação em R\$379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R\$11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (R\$281.194 em 31 de dezembro de 2020, nota explicativa nº 19).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém relacionamento com instituições financeiras de primeira linha e que possuem “*ratings*” fornecidos por agências internacionais como “*Fitch Rating, Standard & Poor’s*” e “*Moody’s Investor*” e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante seguro garantia e fianças bancárias.

(iii) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente os fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A Companhia conta com geração operacional de caixa por meio dos contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3).

(iv) Risco hidrológico

A energia elétrica produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade pela forte dependência do regime hidrológico. A conjuntura do sistema e os baixos níveis de armazenamento dos reservatórios, em decorrência das chuvas abaixo da média histórica e consequentemente baixas vazões, tem provocado uma diminuição significativa da energia hidráulica gerada pelo SIN (Sistema Interligado Nacional), com consequente aumento da exposição do gerador ao participar de um rateio no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), valorado a PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), o que gera um dispêndio com o GSF (“Generation Scaling Factor”) para os geradores hidrelétricos.

Desta forma, para reduzir a exposição a esse risco, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL, na forma da lei nº 13.203/2015, conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na classe de produto SP93 para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas

Adicionalmente à repactuação do risco hidrológico no ambiente dos Contratos Regulados (ACR), a Companhia em linha com a obrigação constante nos instrumentos de financiamento reperfilados em 2018, realiza compras de energia e/ou descontrações para proteção da exposição ao risco hidrológico no ambiente de comercialização livre.

Com o objetivo de atenuar parte dos efeitos do GSF incidente sobre a parcela de energia comercializada no ACL, em 08 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei 14.052/2020 que estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia-MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão.

Em 03 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 estabelecendo a metodologia de cálculo e compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE tem noventa dias, contados a partir da publicação da Resolução, para apresentar os resultados das usinas. A Companhia monitora a evolução do processo, com o objetivo de avaliar seus efeitos ao Negócio, bem como o interesse à adesão.

Até a data-base destas demonstrações financeiras não foram identificados efeitos a serem reconhecidos.

(v) Análise de sensibilidade

Os Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 39, nº 40 e nº 48 dispõem sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

Para o cenário provável a Companhia considerou, para os próximos 12 meses, a findar-se em 31 de dezembro de 2021, os seguintes índices projetados acumulados: (i) IPCA 3,30%; (ii) CDI 2,80%, e (iii) IGP-M 4,62%. Fontes: Relatório FOCUS/BACEN e BM&F (curva futura DI) na data base de 31 de dezembro de 2020.

Com relação ao risco de elevação da inflação, a Companhia fez uma análise de sensibilidade nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor contábil em 31 de dezembro de 2020	Índices estimados	Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (nota explicativa nº 5)	262.524	2,80%	269.875	268.037	266.199
Depósitos em garantia - CDI - (nota explicativa nº 7)	289.807	2,80%	297.922	295.893	293.864
Dispendios reembolsáveis IGPM - (nota explicativa nº 10)	1.260.332	4,62%	1.318.559	1.304.003	1.289.446
Passivos					
Debêntures - IPCA - (nota explicativa nº 15.2)	(5.216.135)	3,30%	(5.388.267)	(5.431.301)	(5.474.334)
Empréstimos - IPCA - (nota explicativa nº 15.1)	(11.412.137)	3,30%	(11.788.738)	(11.882.888)	(11.977.038)
Concessões a pagar - IPCA - (nota explicativa nº 19)	(281.194)	3,30%	(290.473)	(292.793)	(295.113)
Provisões socioambientais - IPCA (nota explicativa nº 20)	(469.365)	3,30%	(484.854)	(488.726)	(492.599)
Outras provisões - IGPM - (nota explicativa nº 22)	(417.731)	4,62%	(437.030)	(441.855)	(446.680)
Cauções em garantia - IGPM (nota explicativa nº 18)	(560.076)	4,62%	(585.952)	(592.420)	(598.889)
Passivo líquido exposto	<u>(16.543.975)</u>		(17.088.958)	(17.262.050)	(17.435.144)
Efeito líquido das variações			<u>(544.983)</u>	<u>(718.075)</u>	<u>(891.169)</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

A análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Esse financiamento possui taxa de juros fixa (nota explicativa nº 15.1(b)).

4.2 Gestão de capital

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem como objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Indicador de Endividamento:

Descritivo	Nota	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Debêntures	15.2	5.208.846	4.961.279
Empréstimos	15.1	11.965.689	10.998.388
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	5	(262.524)	(77.317)
Depósitos em garantia	7	(289.807)	(186.522)
Dívida líquida (A)		16.622.204	15.695.828
Total do patrimônio líquido		1.835.227	3.261.152
Total do capital (B)		18.457.431	18.956.980
Indicador de Endividamento (C = A/B x 100)		90,06%	82,80%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Bancos conta movimento	1.822	272
Aplicações financeiras:		
Certificado de depósito bancário (CDB)	238.227	46.030
Operação Compromissada	22.475	31.015
	262.524	77.317

As aplicações financeiras no ano de 2020 tiveram um rendimento médio de 100,28% da variação do CDI, são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, pois todos os recursos estão aplicados com liquidez diária.

Notas Explicativas

Aplicações financeiras por agente financeiro:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Indexador	"Rating"	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Banco ABC do Brasil S.A.	CDB	CDI	AAA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	10.045	556
Banco ABC do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	AAA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	-	4.792
Banco da Amazônia S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)	3.026	3.371
Banco BTG Pactual S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AA+(S&P)	41.546	15.401
Haitong Banco de Inv. do Brasil S.A.	CDB	CDI	AAA(S&P)	41.215	3.633
Banco Daycoval S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AA+(S&P)	43.863	4.549
Banco do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	BB-(Fitch)/Ba2(Moody's)/BB-(S&P)	22.475	5.928
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	3.155	3.153
Banco Votorantim S.A.	CDB	CDI	Aa3(Moody's)/AAA(S&P)	40.739	8.093
Banco Votorantim S.A.	Compromissada	CDI	Aa3(Moody's)/AAA(S&P)	-	10.291
Caixa Econômica Federal S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa1(Moody's)/AAA(S&P)	9.884	7.274
Banco Safra S.A.	CDB	CDI	Aa1(Moody's)/AAA(S&P)	44.754	-
Banco Safra S.A.	Compromissada	CDI	Aa1(Moody's)/AAA(S&P)	-	10.004
Outros				1.822	272
				<u>262.524</u>	<u>77.317</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

6. CONTAS A RECEBER

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Consumidores - Fornecimento industrial	11.999	60.767
Concessionárias - Suprimento convencional	345.340	322.160
	<u>357.339</u>	<u>382.927</u>

Contas a receber "Consumidores - Fornecimento industrial": referem-se a créditos existentes com consumidores de energia.

Contas a receber "Concessionárias - Suprimento convencional": referem-se a créditos existentes com revendedores de energia

7. DEPÓSITOS EM GARANTIA

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
Reserva do serviço de debêntures - 3ª emissão (i)	51.308	26.092
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (ii)	45.296	48.965
Reserva Fianças (iii)	-	5.121
Outras cauções (iv)	1.541	2.953
	<u>98.145</u>	<u>83.131</u>
Não circulante:		
Reserva do serviço da dívida 1 - BNDES direto/indireto/FNO (v)	19.572	19.190
Reserva estática de debêntures - 3ª emissão (vi)	159.848	72.198
Reserva de O&M (vii)	12.242	12.003
	<u>191.662</u>	<u>103.391</u>
	<u>289.807</u>	<u>186.522</u>

O saldo de depósitos em garantia está composto por montante para fazer face:

- (i) Ao pagamento de juros e principal da 3ª emissão de debêntures, equivalente a 2/6 (dois sextos), preenchida seis meses anteriores da prestação vincenda. O próximo pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2021.
- (ii) Ao aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).
- (iii) A caução para fianças bancárias. Em 2020 a Companhia contratou carta fiança sem depósito em garantia, em substituição a conta reserva estática, por esta razão não há saldo disponível nesta rubrica.
- (iv) A carta de crédito emitida para pagamento de importação.

Notas Explicativas

- (v) Ao saldo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida dos financiamentos FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte). Devido ao reperfilamento da dívida e condições negociadas, a Companhia está desobrigada a compor a conta reserva do serviço da dívida do BNDES FINEM até dez/2022.
- (vi) Ao saldo integral da prestação vincenda de juros e principal da 3ª emissão de debêntures, correspondente a 49,3% da 1ª série (16,4% em abril/2020) com vencimento em abril/2021. Nota explicativa 15.2 (c).
- (vii) A Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção), que deverá permanecer composta durante toda vigência do Contrato de Cessão Fiduciária.

8. OUTROS ATIVOS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	31.223	28.965
Adiantamentos a fornecedores	44.480	1.361
Adiantamentos a pessoal	473	622
Depósitos judiciais	8.073	9.474
Devedores diversos	1.488	812
	<u>85.737</u>	<u>41.234</u>
Não circulante		
Devedores diversos	1.639	1.639
Total	<u>87.376</u>	<u>42.873</u>

9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
Seguros	6.527	9.320
Repactuação GSF (i)	28.283	28.284
	<u>34.810</u>	<u>37.604</u>
Não circulante:		
Seguros	239	5.903
Repactuação GSF (i)	94.278	122.561
	<u>94.517</u>	<u>128.464</u>
	<u>129.327</u>	<u>166.068</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

- (i) Conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para reduzir a exposição ao risco do GSF ("Generation Scaling Factor"), a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na forma da Lei nº 13.203/2015, na classe de produto SP93, com prêmio de risco associado de R\$3,25 por MWh para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio (nota explicativa nº 04 (4.1)).

Parte do GSF repactuado recuperado no exercício de 2015 foi reconhecido, após seu pagamento, como prêmio de seguro no Ativo e estão sendo amortizados pelo período de 10 anos e 4 meses, com início a partir de janeiro de 2015 e encerramento em abril de 2025.

9.1 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política corporativa e conta com o apoio de seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros e cumprimento de determinações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2020, as apólices de seguros da Companhia são consideradas suficientes para fazerem face a eventuais sinistros e garantir a operação da UHE Santo Antônio.

Modalidade	Cobertura	Data de Vigência
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE	22/10/2019 a 22/04/2021
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores	14/07/2020 a 14/07/2021
Riscos Operacionais	Danos Materiais: máquinas, móveis e utensílios que constituem parte integrante do estabelecimento segurado, conforme especificado na apólice.	22/10/2019 a 22/10/2021

10. DISPÊNDIOS REEMBOLSÁVEIS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Não circulante:		
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	86.350	70.125
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	1.852.533	1.634.048
(-) Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (ii)	(678.551)	(678.551)
	<u>1.260.332</u>	<u>1.025.622</u>

Notas Explicativas

Tratam-se de desembolsos que não representam gastos da Companhia e que serão objeto de reembolso pelo Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”). Os gastos realizados pela Companhia, que possuem previsão contratual de reembolso, são inicialmente registrados no resultado ou no ativo imobilizado da SAE, conforme sua natureza, e, separadamente, a crédito de redução desse gasto, a Companhia apropria as parcelas reembolsáveis em contrapartida a “Dispêndios reembolsáveis”. Os reembolsos são registrados pelo valor do custo reembolsável incorrido e atualizados conforme previsão de cada contrato.

- (i) Conforme o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 1º de dezembro de 2008, que estabeleceu a primeira antecipação da entrada em operação comercial da Usina e de acordo com o Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio celebrado entre a Companhia e o CCSA, a Companhia deve repassar ao CCSA o custo pela compra de volume de energia, ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R\$78,87/MWh), tendo em vista o não cumprimento do cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras previsto no cronograma do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O saldo é atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- (ii) Em novembro de 2010, durante a fase de construção da Usina, o CCSA apresentou à Companhia o novo cronograma de entrada em operação comercial, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação comercial das unidades geradoras da UHE Santo Antônio, de 1º de maio de 2012 para 15 de dezembro de 2011, estabelecendo “bônus” pelo resultado líquido que seria auferido em razão da antecipação, no valor máximo de R\$122,00 por MWh, conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. No entanto, o cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras não foi plenamente cumprido, gerando para a Companhia custos de recomposição de lastro referente à energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação contratada. Tais custos suscitaram o direito de ressarcimento da Companhia junto ao CCSA cujo valor, referido a 31 de dezembro de 2020, atualizado monetariamente pelo IGP-M, monta a R\$1.852.533. O montante sujeito a atualização monetária é líquido do valor de PECLD.

Durante o exercício de 2014, o CCSA requereu que, no cálculo dos custos de recomposição de lastro da energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação, fosse utilizado o limitador de R\$122,00 por MWh, referido à data-base do contrato assinado entre as partes. A Administração da Companhia efetuou análises do pleito, incluindo aspectos legais, e alterou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sobre o valor total do dispêndio reembolsável que naquela data era de R\$1.383.211, registrou um “*impairment*” no valor de R\$678.551, resultando num valor esperado de recebimento de R\$704.660 em 31 de dezembro de 2014.

A SAAG Investimentos S.A. e a CEMIG Geração e Transmissão S.A., acionistas da Controladora da Companhia, requereram, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado (“CAM”), instauração de procedimento arbitral em face da Madeira Energia S.A. - MESA - CAM 63/15, em razão da constituição do “*impairment*”, o qual foi julgado em 7 de junho de 2017, deferindo os pedidos dos requerentes e determinando a reversão do “*impairment*” citado acima. A sentença arbitral foi tempestivamente cumprida pela MESA e sua subsidiária integral, com a respectiva reversão do “*impairment*” no balancete contábil encerrado em julho de 2017, período abrangido pelas informações trimestrais de 30 de setembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a Companhia requereu, perante a “*International Chamber of Commerce - ICC*”, a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Neste contexto e tendo presente o que determina o pronunciamento técnico CPC 38 (Atual CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"), nas informações referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017, foi registrada Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD, no valor de R\$678.551, tendo em vista a expectativa da Companhia com relação a recuperação destes ativos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678.551.

A Companhia orienta que a leitura dessa nota explicativa seja feita em conjunto com as notas explicativas nº 18 e nº 22.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS**11.1 Composição**

O total do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo no início do exercício	505.367	505.571
<u>Movimentação</u>		
Amortização – Custos de transação de emissão de debêntures	2.614	2.614
Amortização do Uso do bem público	(1.499)	(1.499)
Amortização de Terrenos	(74)	(74)
Amortização de Servidões	(2)	(2)
Amortização de Despesas Pré-Operacionais	(1.111)	(1.642)
Base de cálculo	<u>(72)</u>	<u>(603)</u>
IRPJ - 25%	(18)	(150)
CSLL - 9%	<u>(7)</u>	<u>(54)</u>
Encargos fiscais	(25)	(204)
Saldo no final do exercício	<u><u>505.342</u></u>	<u><u>505.367</u></u>

11.2 Realização do IRPJ e CSLL

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse plano é elaborado pela Diretoria, que utiliza como principais variáveis, os contratos de venda de energia firmados com seus clientes, custos e despesas operacionais pautados em critérios definidos pelos órgãos reguladores, atualização das dívidas com base em índices preestabelecidos (destacando-se o IPCA).

Notas Explicativas**Expectativa de realização dos tributos diferidos:**

	Em 31 de dezembro de 2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Ativo:						
Prejuízos Fiscais (IR) e base negativa (CS) (i)	264.705	-	-	-	-	(264.705)
Provisões Temporárias- PECLD (ii)	230.707	-	(230.707)	-	-	-
Amortização de Despesas Pré-Operacionais (iii)	85	(85)	-	-	-	-
Amortização de Terrenos e Servidões (iv)	599	(26)	(26)	(26)	(26)	(495)
Direito de Outorga-UBP (iv)	11.724	(510)	(510)	(510)	(510)	(9.684)
	507.820	(621)	(231.243)	(536)	(536)	(274.884)
Passivo:						
Custos de transação - emissão de debêntures (iv)	(2.478)	889	889	700	-	-
Líquido	505.342	268	(230.354)	164	(536)	(274.884)

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos conforme descrito abaixo:

- (i) A Companhia reconheceu em 2015, crédito tributário de R\$264.705, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 31 de dezembro de 2014.
- (ii) A diferença temporária está relacionada à PECLD- Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota explicativa nº 10), que corresponde a uma diferença entre a base fiscal e o valor contábil pelo qual esse evento está registrado.
- (iii) Despesas contábeis temporariamente não tributáveis.
- (iv) Despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

Em 6 de dezembro de 2018 a Companhia obteve junto à SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) o Laudo Constitutivo nº 115/2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2018.

O pedido de reconhecimento do incentivo correspondente ao Laudo Constitutivo mencionado foi protocolizado na Receita Federal do Brasil (RFB) em 28/12/2018. Em 29/04/2019, expirou o prazo de 120 dias para que a Receita Federal do Brasil notificasse a Companhia de decisão contrária ao pedido efetuado. Dessa forma, após expirado o prazo da RFB, a Companhia, para fins legais, encontra-se em pleno gozo da redução para o período de fruição do incentivo.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social que somam o montante de R\$7.486.012, e equivalem a créditos fiscais R\$2.545.244, dos quais R\$264.705 estão contabilizados. O Prejuízo Fiscal e a Base Negativa de Contribuição Social não expiram no âmbito tributário brasileiro e serão bases para créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social no futuro.

Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis utilizando como base o seu plano de negócios. Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, será feita a baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada.

A Administração da Companhia com base no seu plano de negócio, estima que irá gerar lucro tributável nos exercícios seguintes para realizar seus ativos fiscais diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

12. IMOBILIZADO

A Composição do imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação %	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos (i)	1,72%	421.776	(55.661)	366.115	162.869
Reservatórios, barragens e adutoras (i)	3,52%	8.540.248	(1.826.171)	6.714.077	7.070.074
Edificações, obras civis e benfeitorias (ii)	3,55%	4.603.762	(968.755)	3.635.007	3.794.972
Máquinas e equipamentos	3,67%	9.696.019	(2.137.424)	7.558.595	7.910.155
Veículos	10,92%	6.548	(5.117)	1.431	1.990
Móveis e utensílios	7,23%	5.094	(2.017)	3.077	3.073
Total do imobilizado em serviço		23.273.447	(4.995.145)	18.278.302	18.943.133
<u>Imobilizado em curso</u>					
Terrenos		4.752	-	4.752	4.690
Reservatórios, barragens e adutoras		60.395	-	60.395	59.179
Máquinas e equipamentos		13.289	-	13.289	44.359
Veículos		1.392	-	1.392	1.385
Móveis e utensílios		551	-	551	55
Material em depósito		19.333	-	19.333	19.408
Outros		23.384	-	23.384	2.579
Total do imobilizado em curso		123.096	-	123.096	131.655
Total do imobilizado		23.396.543	(4.995.145)	18.401.398	19.074.788

(i) Nestas rubricas foram adicionadas as atualizações da provisão socioambiental (nota explicativa nº 20).

(ii) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel que em 31 de dezembro de 2020 tem valor líquido de R\$1.862 está classificado nesta rubrica de acordo com o CPC 06 parágrafo 47(a)(ii).

Notas Explicativas

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020						
31 de dezembro de 2019 valor líquido	Adições	Transferência/ Reclassificação (*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor baixa	Valor depreciação	Valor líquido	
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Terrenos (i)	162.869	203.657	-	6.914	-	(7.325)	366.115
Reservatórios, barragens e adutoras (i)	7.070.074	69.352	-	(17.932)	(106.577)	(300.840)	6.714.077
Edificações, obras civis e benfeitorias (ii)	3.794.972	1.741	1.553	-	-	(163.259)	3.635.007
Máquinas e equipamentos	7.910.155	-	461	31.888	(21.088)	(362.821)	7.558.595
Veículos	1.990	-	-	156	-	(715)	1.431
Móveis e utensílios	3.073	-	(461)	302	-	163	3.077
Total do imobilizado em serviço	18.943.133	274.750	1.553	21.328	(127.665)	(834.797)	18.278.302
<u>Imobilizado em curso</u>							
Terrenos	4.690	6.966	10	(6.914)	-	-	4.752
Reservatórios, barragens e adutoras	59.179	1.216	(17.948)	17.948	-	-	60.395
Máquinas e equipamentos	44.359	10.875	(10.049)	(31.888)	(8)	-	13.289
Veículos	1.385	163	-	(156)	-	-	1.392
Móveis e utensílios	55	815	(15)	(302)	(2)	-	551
Material em depósito	19.408	2.286	45	-	(2.406)	-	19.333
Outros	2.579	5.503	27.957	(16)	(12.639)	-	23.384
Total do imobilizado em curso	131.655	27.824	-	(21.328)	(15.055)	-	123.096
Total do imobilizado	19.074.788	302.574	1.553	-	(142.720)	(834.797)	18.401.398

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

(i) O Nestas rubricas foram adicionadas as atualizações da provisão socioambiental (nota explicativa nº 20).

(ii) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel que em 31 de dezembro de 2020 tem valor líquido de R\$1.862 está classificado nesta rubrica de acordo com o CPC 06 parágrafo 47(a)(ii).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram as seguintes:

		31 de dezembro de 2019					
	31 de dezembro de 2018 valor líquido	Adições	Transferência/ Reclassificação (*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor baixa	Valor depreciação	Valor líquido
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Terrenos	169.809	-	-	-	-	(6.940)	162.869
Reservatórios, barragens e adutoras	7.371.437	-	-	-	-	(301.363)	7.070.074
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.956.797	-	-	-	-	(161.825)	3.794.972
Máquinas e equipamentos	8.239.845	-	(460)	26.341	-	(355.571)	7.910.155
Veículos	2.918	-	(110)	-	-	(818)	1.990
Móveis e utensílios	2.587	-	460	534	-	(508)	3.073
Total do imobilizado em serviço	19.743.393	-	(110)	26.875	-	(827.025)	18.943.133
<u>Imobilizado em curso</u>							
Terrenos	-	4.690	-	-	-	-	4.690
Reservatórios, barragens e adutoras	59.059	120	-	-	-	-	59.179
Edificações, obras civis e benfeitorias	47	24	(24)	-	(47)	-	-
Máquinas e equipamentos	52.585	17.971	128	(26.313)	(12)	-	44.359
Veículos	-	1.385	-	-	-	-	1.385
Móveis e utensílios	-	491	134	(562)	(8)	-	55
Material em depósito	19.228	1.412	(326)	-	(906)	-	19.408
Outros	33.575	(14.223)	248	-	(17.021)	-	2.579
Total do imobilizado em curso	164.494	11.870	160	(26.875)	(17.994)	-	131.655
Total do imobilizado	19.907.887	11.870	50	-	(17.994)	(827.025)	19.074.788

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL

A Composição do intangível é como segue:

	Taxas anuais médias de amortização %	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Intangível em serviço</u>					
Direito de concessão-Uso do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(55.815)	143.524	149.903
Direito de uso	0,00%	-	-	-	820
Licença de Operação (i)	0,00%	112.078	-	112.078	-
Servidão permanente	3,75%	10.226	(1.645)	8.581	8.964
Software	7,70%	30.773	(28.909)	1.864	4.204
Total do intangível em serviço		<u>352.416</u>	<u>(86.369)</u>	<u>266.047</u>	<u>163.891</u>
<u>Intangível em curso</u>					
Software		<u>1.858</u>	<u>-</u>	<u>1.858</u>	<u>518</u>
Total do intangível em curso		<u>1.858</u>	<u>-</u>	<u>1.858</u>	<u>518</u>
Total do intangível		<u>354.274</u>	<u>(86.369)</u>	<u>267.905</u>	<u>164.409</u>

(i) Nesta rubrica foi adicionada a atualização da provisão socioambiental (nota explicativa nº 20).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020					
	valor líquido	Adições	Transferência / reclassificação(*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor baixa	Valor amortização	Valor líquido
<u>Intangível em serviço</u>							
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	149.903	-	-	-	-	(6.379)	143.524
Direito de uso	820	-	(1.553)	-	(36)	769	-
Licença de Operação (i)	-	112.078	-	-	-	-	112.078
Servidão permanente	8.964	-	-	-	-	(383)	8.581
Software	4.204	-	-	30	-	(2.370)	1.864
Total do intangível em serviço	163.891	112.078	(1.553)	30	(36)	(8.363)	266.047
<u>Intangível em curso</u>							
Software	518	1.370	-	(30)	-	-	1.858
Total do intangível em curso	518	1.370	-	(30)	-	-	1.858
Total do intangível	164.409	113.448	(1.553)	-	(36)	(8.363)	267.905

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

(i) Nesta rubrica foi adicionada a atualização da provisão socioambiental (nota explicativa nº 20).

Notas Explicativas

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019					Valor líquido
	Valor líquido	Adições	Transferência / reclassificação (*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor baixa	Valor amortização	
<u>Intangível em serviço</u>							
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	156.282	-	-	-	-	(6.379)	149.903
Direito de uso	-	-	-	1.589	-	(769)	820
Servidão permanente	9.348	-	-	-	-	(384)	8.964
Software	9.042	-	-	739	-	(5.578)	4.203
Total do intangível em serviço	174.672	-	-	2.328	-	(13.110)	163.890
<u>Intangível em curso</u>							
Direito de uso	-	1.589	-	(1.589)	-	-	-
Software	661	647	(50)	(739)	-	-	519
Total do intangível em curso	661	2.236	(50)	(2.328)	-	-	519
Total do intangível	175.333	2.236	(50)	-	-	(13.110)	164.409

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A

14. FORNECEDORES

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
Passivo regulatório (i)	32.270	312.733
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	108.527	105.432
Materiais e serviços	22.458	34.041
Suprimento de energia elétrica	52.151	66.023
Fornecedores estrangeiros	1.541	2.953
	<u>216.947</u>	<u>521.182</u>
Não circulante:		
Passivo regulatório (i)	-	161.713
Total	<u>216.947</u>	<u>682.895</u>

- (i) O saldo da rubrica “Passivo regulatório” representa uma posição devedora da Companhia em operações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Visando melhorar o seu custo de capital, em setembro de 2020, a Companhia concluiu a quitação, de forma antecipada, do parcelamento FID II, no montante de R\$393.000, utilizando-se de seu saldo credor na CCEE e também da sua disponibilidade de caixa.

- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema - ONS e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Em dezembro de 2018, a Companhia renegociou (reperfilamento) sua dívida de R\$9,7 bilhões com o BNDES e demais bancos Repassadores (Santander, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e “Haitong”), adequando o fluxo de pagamento de sua principal dívida à sua capacidade de geração de caixa.

Notas Explicativas

Essa renegociação teve como principais alterações:

(i) extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040, (ii) carência de principal que passará a ser amortizado a partir de janeiro de 2025, (iii) alteração dos indexadores da dívida do BNDES Direto de TJLP + 2,40% a.a. para TLP + 3,9% a.a. e do BNDES Indireto de TJLP + 3,3% a.a. para TLP + 4,7% a.a. e (iv) pagamento gradual de juros conforme segue:

- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 5% do saldo da dívida a partir de jan/2019 até jun/2019.
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 50% do saldo da dívida a partir de jul/2019 até dez/2020.
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 60% do saldo da dívida a partir de jan/2021 até dez/2021.
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 80% do saldo da dívida a partir de jan/2022 até dez/2023.
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 90% do saldo da dívida a partir de jan/2024 até dez/2024.
- Pagamento mensal dos juros correspondentes a 100% do saldo da dívida a partir de jan/2025.

Em março de 2020 o BNDES aprovou medidas socioeconômicas de execução imediata com o objetivo ajudar a mitigar os efeitos da pandemia. Com base nesta medida, a Companhia entrou com o pedido de postergação dos pagamentos dos financiamentos ("standstill"), cujo enquadramento ocorreu em 10 de julho de 2020 tanto para o BNDES Direto quanto para o Indireto (Repasse). Foram postergadas 06 parcelas de juros (pois os financiamentos estão em período de carência de principal), vincendas nos meses de julho a dezembro de 2020 do financiamento do BNDES Direto e Indireto, no montante aproximado R\$113 milhões e R\$122 milhões respectivamente, cujas parcelas serão capitalizadas (acrescidas) ao saldo devedor, sem incidência de juros de mora durante o período de suspensão e sem alteração do prazo de amortização da dívida.

15.1 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<u>Passivo circulante</u>				
BNDES - Indireto	R\$	TLP*+ 4,7% a.a.	26.769	15.165
BNDES - Direto	R\$	TLP*+ 3,9% a.a.	37.401	24.325
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(601)	(601)
Banco da Amazônia S.A. - FNO	R\$	Juros de 10,0% a.a.(**)	44.010	34.539
			<u>107.579</u>	<u>73.428</u>
<u>Passivo não circulante</u>				
BNDES - Indireto (a)	R\$	TLP*+ 4,7% a.a.	5.813.126	5.325.702
BNDES - Direto (a)	R\$	TLP*+ 3,9% a.a.	5.534.841	5.112.222
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(11.264)	(11.864)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	Juros de 10,0% a.a. (**)	521.407	498.900
			<u>11.858.110</u>	<u>10.924.960</u>
			<u>11.965.689</u>	<u>10.998.388</u>

(*) TLP: IPCA + 2,98% a.a.

(**) Bônus de Adimplência de 15%: Taxa real 8,5% a.a.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos¹)

	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Após 2025</u>	<u>Total</u>
Principal e Encargos ¹	<u>13.039</u>	<u>12.571</u>	<u>11.634</u>	<u>718.141</u>	<u>10.592.582</u>	<u>11.347.967</u>
	<u>13.039</u>	<u>12.571</u>	<u>11.634</u>	<u>718.141</u>	<u>10.592.582</u>	<u>11.347.967</u>

¹ juros e atualizações monetárias

(ii) Garantias

Para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos Contratos de Financiamentos e Escritura de Debêntures, foram constituídas as seguintes garantias:

- (a) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora integral da Companhia, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças.
- (b) Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.
- (c) Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento.
- (d) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vierem a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto.
- (e) Fiança Eletrobrás e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto.
- (f) Suporte de acionistas suplementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento suplementar.

Notas Explicativas

(iii) Cláusulas restritivas

A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES e debêntures, os quais possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, (“*covenants*”). “*Covenants*” são cláusulas contratuais, exigidas nos contratos de financiamentos e empréstimos, que controlam as atividades da Companhia, criadas para proteger o interesse do credor. Estes indicadores estabelecem condições que não podem ser descumpridas, caso isto ocorra, e se configurado o descumprimento dos “*covenants*” financeiros e não financeiros, o credor poderá exigir o vencimento antecipado da dívida (“*default*”), dentre os quais:

- (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo em 1,2 até 2024, e em 1,3 de 2025 até o final da liquidação dos financiamentos.
- (b) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) igual ou superior a 0,25.
- (c) Índice de Liquidez (Dívida líquida / Patrimônio Líquido) menor ou igual a 3,5.
- (d) Sem prévia e expressa autorização dos credores, não realizar distribuição de dividendos ou pagamento.
- (e) Não constituir garantias de qualquer espécie com outros credores.
- (f) Não firmar contrato de mútuo com acionistas, diretos ou indiretos, com pessoas físicas ou jurídicas, componentes do grupo econômico a que pertença a SAE.
- (g) Protesto legítimo de títulos contra a Companhia em montante individual ou agregado superior a R\$20.000, salvo se for validamente comprovado pela Companhia que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que tal erro ou má fé tenha sido comprovado pela Companhia dentro do prazo de 30 dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo.
- (h) Apresentar ao BNDES, nas épocas devidas, a Licença de Operação do Projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão ambiental competente.
- (i) Cumprir e se manter em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente e, a critério razoável dos Agentes, com os padrões definidos pelos Princípios do Equador.
- (j) Relatório informando o número de funcionários administrativos e operacionais ao fim de cada trimestre.
- (k) Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES, excetuando-se as garantias relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia. Nas hipóteses de prestação de garantia em operações relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia cujo valor seja superior a R\$100.000, a SAE deverá enviar comunicação, por escrito, ao BNDES, no prazo de até 5 dias úteis contados da data de constituição de tal garantia.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A

Conforme obrigação nos contratos de financiamentos e nas escrituras das debêntures, os indicadores financeiros são apurados anualmente, a partir do exercício social encerrado. Contudo, a Companhia realiza o monitoramento destes indicadores trimestralmente.

Para os índices de Liquidez e Capitalização, foram obtidos “*waivers*” em 13 de agosto de 2018 e 14 de dezembro de 2018, respectivamente, sendo: (i) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) “*waiver*” obtido até o encerramento do exercício de 2021; e (ii) Índice de Liquidez (Dívida líquida / Patrimônio Líquido) “*waiver*” obtido até o encerramento do exercício de 2028.

Ademais, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atendeu a todos os “*covenants*”, conforme obrigações descritas nos Contratos de Financiamentos e Escrituras de debêntures.

(b) Banco da Amazônia S.A

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento, firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Companhia e dos acionistas da Controladora, no valor total de R\$503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (nota explicativa nº 1).

Em 06 de abril de 2020, em caráter emergencial, o Banco Central publicou a Resolução BACEN nº 4.798, com o objetivo de mitigar os efeitos da Pandemia, possibilitando a postergação (“standstill”) dos financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO.

Em 09 de abril de 2020, a Companhia obteve do Banco da Amazônia S.A. – FNO deferimento do pedido de postergação dos pagamentos de 09 parcelas com desembolso mensal de R\$6.000, vincendas nos meses de abril a dezembro de 2020. As parcelas postergadas serão capitalizadas ao saldo devedor, sem incidência de juros de mora durante o período de suspensão dos pagamentos e sem alteração do prazo de amortização da dívida.

(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos¹)

	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Após 2025</u>	<u>Total</u>
Principal e encargos ¹	<u>63.391</u>	<u>63.391</u>	<u>63.391</u>	<u>63.391</u>	<u>267.843</u>	<u>521.407</u>
	<u>63.391</u>	<u>63.391</u>	<u>63.391</u>	<u>63.391</u>	<u>267.843</u>	<u>521.407</u>

¹ juros e atualizações monetárias

(j) Garantias e cláusulas restritivas

O Banco da Amazônia compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na nota explicativa nº 15.1 (a) (ii) e (iii).

Notas Explicativas**(c) Movimentação de empréstimos e financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	73.428	10.924.960
Encargos financeiros provisionados	331.561	932.549
Encargos financeiros pagos	(284.106)	-
Amortização de principal	(13.304)	-
Custos de transação	601	-
Transferências de custo de transação	(601)	601
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>107.579</u>	<u>11.858.110</u>

Em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	53.259	10.219.548
Encargos financeiros provisionados	345.818	716.095
Encargos financeiros pagos	(285.051)	-
Amortização de principal	(40.052)	-
Custos de transação	(11.229)	-
Transferências de custo de transação	10.683	(10.683)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>73.428</u>	<u>10.924.960</u>

Os contratos de financiamento contêm cláusula que estabelece a faculdade dos credores poderem exercer o direito de “declarar o vencimento antecipado da dívida” em razão da ocorrência do pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos respectivos contratos, o que ocorreu no segundo trimestre de 2019 com as empresas intervenientes Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (“OPI”), Odebrecht Energia do Brasil S.A. (“OEB”) e Odebrecht S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia obteve declaração por escrito dos credores, afirmando que, em virtude da recuperação judicial acima mencionada bem como dos fatos conhecidos até o momento, não exercerão a faculdade de “declarar o vencimento antecipado da dívida” para os próximos doze meses.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

15.2 Debêntures

	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2019
				Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Total
<u>Passivo circulante</u>								
1ª emissão (a)	1ª e 2ª	-	-	-	-	(50)	(50)	(50)
2ª emissão (b)	Única	R\$100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	100.800	54.437	(560)	154.677	154.344
	1ª		IPCA + juros de 7,05% a.a.	98.600	44.464	(977)	142.087	47.426
3ª emissão (c)	2ª	R\$10.000,00	IPCA + juros de 7,49% a.a.	-	10.846	(1.027)	9.819	9.359
				199.400	109.747	(2.614)	306.533	211.079
<u>Passivo não circulante</u>								
	1ª			770.448	1.230.885	(406)	2.000.927	1.801.826
1ª emissão (a)	2ª	R\$1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	809.346	1.110.183	(406)	1.919.123	1.728.160
2ª emissão (b)	Única	R\$100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	117.600	63.230	(607)	180.223	320.563
	1ª		IPCA + juros de 7,05% a.a.	68.600	28.557	(393)	96.764	225.452
3ª emissão (c)	2ª	R\$10.000,00	IPCA + juros de 7,49% a.a.	500.000	208.139	(2.863)	705.276	674.199
				2.265.994	2.640.994	(4.675)	4.902.313	4.750.200
				2.465.394	2.750.741	(7.289)	5.208.846	4.961.279

(a) 1ª Emissão

Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R\$760.060 (R\$770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R\$760.060 (R\$809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Controladora como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 1).

Notas Explicativas

O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias apresentadas na nota explicativa nº 15.1 (a) (ii), exceto pelo subitem (e), cuja a fiança é emitida por Furnas e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustações das fontes de recursos previstas para o projeto.

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas (“*covenants*”), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do Índice de Liquidez (Dívida líquida sobre o patrimônio líquido) menor ou igual a 3,5x. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 13 de agosto de 2018 foi obtido “*waiver*” até o encerramento do exercício de 2028, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

Em 22 de abril de 2020, a “*Fitch Ratings*” reafirmou o *rating* da 1ª emissão de debêntures em BBB-(bra).

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 15 (quinze) parcelas anuais, sendo: (i) 1ª série a partir de outubro/2023 e (ii) 2ª série a partir de junho/2024.

No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(b) 2ª Emissão

Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R\$424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R\$100, totalizando R\$420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora, como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 1).

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias apresentadas na nota explicativa nº 15.1 (a) (ii) e (iii).

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas (“*covenants*”), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do Índice de Capitalização (Patrimônio líquido/Ativo total) igual ou superior a 25%. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 14 de dezembro de 2018 foi obtido “*waiver*” até o encerramento do exercício de 2021, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente (junho e dezembro), parte do principal já foi amortizado sendo: 5,5% em 27/12/2017; 17,5% em 27/12/2019 e 25,0% em 27/12/2020.

Próximas amortizações: 24,0% em 27/12/2021 e o saldo remanescente em 27/12/2022.

No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A

(c) 3ª Emissão

Em 15 de abril de 2014, a Companhia emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R\$700.000, para distribuição pública, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a Controladora como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 2 e 5 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R\$200.000 (R\$201.000, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R\$500.000 (R\$504.000, atualizados até a data de recebimento).

O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio.

Os debenturistas dessa 3ª emissão compartilham das mesmas garantias e restrições apresentadas na nota explicativa nº 15.1 (a) (ii) e (iii).

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas (“covenants”), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo total) igual ou superior a 25%. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 14 de dezembro de 2018 foi obtido “waiver” até o encerramento do exercício de 2021, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

Em 22 de abril de 2020, a “Fitch Ratings” reafirmou o *rating* da 3ª emissão de debêntures em BBB-(bra).

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente (abril e outubro), parte do principal já foi amortizado sendo: 16,4% em 15/04/2020 (1ª série).

Próximas amortizações:

1ª série- 49,3% em 15/04/2021 e o saldo remanescente em 15/04/2022;

2ª série- 25,1% em 15/04/2022; 55,6% em 15/04/2023 e o saldo remanescente em 15/04/2024.

No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(d) Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos¹)

	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Principal e encargos ¹	455.729	527.148	398.062	261.391	3.264.658	4.906.988
	<u>455.729</u>	<u>527.148</u>	<u>398.062</u>	<u>261.391</u>	<u>3.264.658</u>	<u>4.906.988</u>

¹ juros e atualizações monetárias

Notas Explicativas**(e) Movimentação de debêntures**

Em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	211.079	4.750.200
Encargos financeiros provisionados	109.764	438.898
Encargos financeiros pagos	(165.909)	-
Amortização principal	(137.800)	-
Transferência	289.399	(289.399)
Amortização de custos de transação	2.614	-
Transferências de custo de transação	(2.614)	2.614
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>306.533</u>	<u>4.902.313</u>

Em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	115.919	4.576.426
Encargos financeiros provisionados	108.727	369.030
Encargos financeiros pagos	(211.437)	-
Transferência	197.870	(197.870)
Amortização de custos de transação	2.614	-
Transferências de custo de transação	(2.614)	2.614
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>211.079</u>	<u>4.750.200</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Circulante:		
COFINS	10.956	10.029
PIS	2.376	2.166
COFINS (Parcelamento) (i)	23.462	22.856
PIS (Parcelamento) (i)	5.072	4.941
ICMS	1.718	17.139
INSS	405	620
ISS	388	516
Outros	1.034	1.377
	<u>45.411</u>	<u>59.644</u>
Não circulante:		
COFINS (Parcelamento) (i)	19.552	41.903
PIS (Parcelamento) (i)	4.226	9.058
	<u>23.778</u>	<u>50.961</u>
	<u>69.189</u>	<u>110.605</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A

- (i) No primeiro semestre de 2018 a Companhia requereu o parcelamento convencional do PIS e da COFINS previsto no art. 10 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002, totalizando o montante de R\$125.708, que será quitado em 60 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC e acrescidas de 1% no mês do vencimento.

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

A Companhia recebeu adiantamentos de clientes pela venda de energia. As receitas destas operações são reconhecidas no resultado no momento em que ocorrem os fornecimentos das energias contratadas, cumprindo-se as obrigações de desempenho, nesta ocasião ocorrerão as baixas dos adiantamentos.

Posição dos adiantamentos em 31 de dezembro de 2020:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante		
Saldo inicial	97.489	286.370
Transferência	151.197	56.672
Baixa por realização	(110.760)	(245.553)
Total Circulante	137.926	97.489
Não Circulante		
Saldo inicial	178.897	80.283
Adição	311.770	155.286
Transferência	(151.197)	(56.672)
Total Não Circulante	339.470	178.897
Saldo Final	477.396	276.386

18. CAUÇÕES EM GARANTIA

Contratualmente, as empresas prestadoras de serviço devem fornecer à Companhia uma garantia para a execução de obras e/ou serviços, quando aplicável. Essa garantia é feita através da retenção de até 5% (cinco por cento) do valor do pagamento a ser recebido pelo contratado, de todas as medições até o fim do contrato e de seus eventuais aditivos.

O montante refere-se, principalmente, às retenções de 5% dos valores pagos aos contratados com base nos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos, transporte e montagem das 50 unidades geradoras de energia e dos painéis de controle da UHE Santo Antônio. O montante retido é a garantia do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em contratos de serviços elegíveis. Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$580.102 (2019 - R\$437.956), dos quais R\$560.076 registrados no passivo não circulante correspondem às cauções em garantia do Contrato EPC com o CCSA.

Notas Explicativas**19. CONCESSÕES A PAGAR**

Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$281.194 (2019 - R\$275.581).

Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (nota explicativa nº 13), em contrapartida do passivo.

19.1 Movimentação da concessão a pagar

Em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.875	252.706
Atualização - IPCA	-	20.919
Ajuste a valor presente	(24)	8.411
Pagamentos	(23.693)	-
Transferências	24.684	(24.684)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>23.842</u>	<u>257.352</u>

Em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.985	251.299
Atualização - IPCA	-	13.620
Ajuste a valor presente	(31)	11.494
Pagamentos	(22.786)	-
Transferências	23.707	(23.707)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>22.875</u>	<u>252.706</u>

19.2 Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante:

2022	25.649
2023	26.568
2024	27.540
2025	28.500
2026	29.239
2027 a 2043	<u>119.856</u>
	<u>257.352</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A

20. PROVISÕES SOCIOAMBIENTAIS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
Programas básicos ambientais (i)	180.467	61.107
Compensação ambiental (ii)	13.339	-
	<u>193.806</u>	<u>61.107</u>
Não circulante:		
Programas básicos ambientais (i)	204.620	101.707
Compensação ambiental (ii)	70.939	89.490
	<u>275.559</u>	<u>191.197</u>
	<u>469.365</u>	<u>252.304</u>

- (i) Nas rubricas “Programas básicos ambientais” estão registradas as estimativas da Administração (nota explicativa 3.11) em relação aos gastos socioambientais em cumprimento as condicionantes previstas nas Licenças de Instalação nº 540/2008, Licença de Operação nº 1.044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação e na Autorização Especial nº 15/2018, todas expedidas pelo IBAMA.

Essas licenças determinam o atendimento aos 28 programas ambientais constantes do Programa Básico Ambiental (PBA) da Hidrelétrica Santo Antônio por meio da adoção de medidas que visam impedir, mitigar ou, excepcionalmente, compensar impactos identificados nos monitoramentos ambientais também exigidos pelo IBAMA, tais como:

- Programa de Monitoramento do Lençol Freático.
- Programa de Monitoramento Sismológico.
- Programa de Monitoramento Climatológico.
- Programa de Conservação da Flora.
- Programa de Conservação da Fauna.
- Programa de Conservação da Ictiofauna.
- Programa de Saúde Pública.
- Programa de Remanejamento da População Atingida.
- Programa de Apoio às Comunidades Indígenas.
- Programa de Compensação Social.

Em dezembro de 2020, a Companhia atualizou a provisão socioambiental referente as condicionantes socioambientais que serão atendidas nos anos de 2021 a 2026, totalizando R\$469.365. Referida atualização teve como contrapartida o imobilizado (nota explicativa nº 12) e o intangível (nota explicativa nº 13). A política contábil dessa atualização encontra-se na nota explicativa 3.11.

Notas Explicativas

Movimentação dos Programas básicos ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	61.107	101.707
Adições	163.350	115.159
Atualização monetária - IPCA	-	5.932
Realizações	(62.168)	-
Transferências	<u>18.178</u>	<u>(18.178)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>180.467</u>	<u>204.620</u>

Movimentação dos Programas básicos ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	93.640	178.512
Atualização monetária – IPCA	-	6.909
Realizações	(116.247)	-
Transferências	<u>83.714</u>	<u>(83.714)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>61.107</u>	<u>101.707</u>

- (ii) O saldo registrado em “Compensação ambiental”, calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R\$56.159) do valor de referência do empreendimento, conforme definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedida pelo IBAMA. Esses recursos são destinados a compensar os impactos ambientais não mitigáveis causados pela obra e em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$84.278 (2019 - R\$89.490).

Movimentação em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	89.490
Atualização monetária	-	1.211
Baixas	-	(6.423)
Transferências	<u>13.339</u>	<u>(13.339)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>13.339</u>	<u>70.939</u>

Movimentação em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	86.120
Atualização monetária	<u>3.370</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>89.490</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os passivos contingentes e as provisões existentes estão ligados, principalmente, às discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, cíveis e tributários.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- 21.1 Perda provável - são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia faz provisão e destaca em nota explicativa.

Perdas prováveis

Movimentação em 31 de dezembro de 2020:

	31 de dezembro de 2019	Movimentação	31 de dezembro de 2020
Não circulante:			
Ambiental (i)	15.486	428	15.914
Cível (ii)	27.692	84	27.776
Trabalhista	545	205	750
	<u>43.723</u>	<u>717</u>	<u>44.440</u>

Movimentação em 31 de dezembro de 2019:

	31 de dezembro de 2018	Movimentação	31 de dezembro de 2019
Não circulante:			
Ambiental (i)	14.612	874	15.486
Cível (ii)	30.213	(2.521)	27.692
Trabalhista	706	(161)	545
	<u>45.531</u>	<u>(1.808)</u>	<u>43.723</u>

(i) Administrativo Ambiental

Refere-se a auto de infração lavrado pelo IBAMA em dezembro de 2008 decorrente de morte de peixes causada por poluição supostamente decorrente das obras de implantação da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, município de Porto Velho - RO.

(ii) Cível

Trata-se, majoritariamente, de (i) ações de execução para entrega de imóveis destinados à compensação de área de Reserva Legal de imóveis já entregues à comunidade reassentada pela Companhia por ocasião da implantação da UHE Santo Antônio para produção agrícola; e (ii) pagamento de eventual valor complementar definido em juízo nas ações de desapropriação de imóveis necessários para composição do reservatório da UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas

- 21.2 Perda possível - são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2020, existem processos judiciais cujo valor em discussão totaliza o montante de R\$4.036.349, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos externos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Perdas possíveis

Movimentação em 31 de dezembro de 2020:

	31 de dezembro de 2019	Movimentação	31 de dezembro de 2020
Trabalhista (i)	2.617	(39)	2.578
Cível (ii)	2.594.267	449.434	3.043.701
Administrativo ambiental (iii)	50.217	1.281	51.498
Tributário (iv)	614.122	324.450	938.572
	<u>3.261.223</u>	<u>775.126</u>	<u>4.036.349</u>

Movimentação em 31 de dezembro de 2019:

	31 de dezembro de 2018	Movimentação	31 de dezembro de 2019
Trabalhista (i)	439	2.178	2.617
Cível (ii)	3.212.319	(618.052)	2.594.267
Administrativo ambiental (iii)	44.232	5.985	50.217
Tributário (iv)	589.024	25.098	614.122
	<u>3.846.014</u>	<u>(584.791)</u>	<u>3.261.223</u>

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

(i) Trabalhistas

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

(ii) Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio (ou do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira) ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A

Contingências por solidariedade

Os passivos contingentes por solidariedade referem-se a pleitos formulados nas demandas judiciais em que a Companhia é parte e cuja liquidação espera-se que seja realizada pelas demais partes que ocupam o polo passivo do processo.

Em 31 de dezembro de 2020 as contingências possíveis por solidariedade com natureza cível totalizam R\$1.091.988. Os processos em que há contingência por solidariedade são demandas cíveis que tratam de (i) indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira e (ii) demandas ajuizadas pleiteando o cumprimento de obrigações relativas ao licenciamento ambiental da Hidrelétrica Santo Antônio e deficiências na prestação de serviços públicos em comunidades supostamente impactadas pela implantação e operação do empreendimento.

	31 de dezembro de 2020		
	Valor envolvido Companhia	Solidariedade	Total
Trabalhista	2.578	-	2.578
Cível	3.043.701	1.091.988	4.135.689
Administrativo ambiental	51.498	-	51.498
Administrativo tributário	938.572	-	938.572
Total	<u>4.036.349</u>	<u>1.091.988</u>	<u>5.128.337</u>

(iii) Administrativo ambiental

Autos de infração referentes a questões ambientais ocorridas na implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio.

(iv) Tributário

Processos administrativos ou judiciais para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii) defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN devido pela SAE em razão de prestadores de serviço da Companhia; (iv) multas relativas ao cumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao PIS e a COFINS; (v) Defesa em notificação recebida da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia-SEFIN-RO para proceder o levantamento e o recolhimento das diferenças de ICMS relativas ao Diferencial de Alíquota das operações de entradas interestaduais de mercadorias eventualmente realizadas, ambos na vigência do Termo de Acordo de Regime Especial nº 058/2014.

22. OUTRAS PROVISÕES

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	<u>417.731</u>	<u>339.237</u>
	<u>417.731</u>	<u>339.237</u>

Notas Explicativas

- (i) Nessa rubrica estão registrados gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram em elevação dos custos do CCSA com o Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do Consórcio.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$9.664.356 dividido em 10.000.452.329 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja titularidade integral da Madeira Energia S.A.

24. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir estabelece o cálculo do prejuízo por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Prejuízo do exercício	(1.425.925)	(932.518)
Média ponderada do número de ações ordinárias	10.000.452.329	10.000.452.329
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)*	<u>(142,59)</u>	<u>(93,25)</u>

*A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros e patrimoniais com efeito dilutivo.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza de sua realização.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Fornecimento de energia à indústria (i)	149.589	682.725
Suprimento de energia elétrica (i)	<u>3.422.841</u>	<u>2.989.488</u>
	<u>3.572.430</u>	<u>3.672.213</u>
(-) Deduções da receita:		
P & D	(32.002)	(31.975)
ICMS	(10.733)	(113.539)
PIS e COFINS	<u>(329.457)</u>	<u>(329.176)</u>
	<u>(372.192)</u>	<u>(474.690)</u>
Receita operacional líquida	<u>3.200.238</u>	<u>3.197.523</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A

- (i) Em 2020 ocorreu o término da cessão de um contrato do grupo de “Suprimento de energia elétrica”, cujo fornecimento era realizado para um cliente do grupo de “Fornecimento de energia à indústria”. Após o término da cessão, a receita deste contrato retorna à origem e passa ser reconhecida no grupo de “Suprimento de energia elétrica”, portanto, as variações nas rubricas podem ser observadas entre linhas não impactando o saldo total da receita.

26. GASTOS OPERACIONAIS**26.1 Custos do serviço de energia elétrica**

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2020			2019		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
	Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total
Energia de curto prazo - CCEE (i)	(33.334)	-	(33.334)	198.843	-	198.843
Energia comprada para revenda (i)	(609.034)	-	(609.034)	(807.223)	-	(807.223)
Encargos de uso e conexão (ii)	(1.089.207)	-	(1.089.207)	(1.037.571)	-	(1.037.571)
Créditos de PIS e COFINS	159.341	5.797	165.138	149.058	29.846	178.904
Outros encargos	(4.080)	(109.765)	(113.845)	(45.480)	(103.076)	(148.556)
Pessoal	-	(66.735)	(66.735)	-	(70.422)	(70.422)
Material	-	(17.013)	(17.013)	-	(23.387)	(23.387)
Serviços de terceiros	-	(73.288)	(73.288)	-	(109.340)	(109.340)
Depreciação e amortização	-	(839.830)	(839.830)	-	(833.495)	(833.495)
Outros	-	(13.881)	(13.881)	-	172.807	172.807
	<u>(1.576.314)</u>	<u>(1.114.715)</u>	<u>(2.691.029)</u>	<u>(1.542.373)</u>	<u>(937.067)</u>	<u>(2.479.440)</u>

- (i) A estratégia comercial da Companhia, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (GSF), no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) pode ocasionar variações entre as rubricas “Energia de Curto Prazo- CCEE” e “Energia Comprada para revenda”, por isso, as rubricas deverão ser analisadas em conjunto.
- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com o ONS (Operador Nacional do Sistema) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia.

26.2 Despesas gerais e administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Pessoal e administradores da entidade	(32.178)	(30.941)
“Fees” e comissões para bancos	(3.215)	(3.211)
Serviços de terceiros	(39.572)	(37.995)
Amortização e depreciação	(1.462)	(4.941)
Aluguéis e arrendamentos	(1.121)	(1.165)
Seguros	(2.819)	(11.553)
Tributos	(136)	(2.330)
Outras	(2.295)	(3.087)
	<u>(82.798)</u>	<u>(95.223)</u>

Notas Explicativas**27. RESULTADO FINANCEIRO**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Receitas financeiras (i):		
Receita de aplicações financeiras	11.659	17.640
Outras receitas financeiras	1.048	19.738
Variações monetárias moeda nacional	240.856	95.601
Variações monetárias (Uso do bem público)	6.059	-
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(853)	(1.651)
	<u>258.769</u>	<u>131.328</u>
Despesas financeiras (ii):		
Juros de dívidas	(1.812.772)	(1.539.670)
Variações monetárias de dívidas	-	(177)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(35.365)	(26.970)
Variações monetárias moeda nacional	(259.185)	(105.423)
Outras despesas financeiras	(4.282)	(10.932)
	<u>(2.111.604)</u>	<u>(1.683.172)</u>
	<u>(1.852.835)</u>	<u>(1.551.844)</u>

- (i) Receitas Financeiras: resultado impactado em virtude das atualizações monetárias (IGPM) dos dispêndios reembolsáveis (nota explicativa nº 10).
- (ii) Despesas Financeiras: resultado impactado principalmente pelo aumento do saldo devedor das dívidas que resultou em um aumento das despesas com juros, e as atualizações monetárias (IGPM) das outras provisões (nota explicativa nº 22).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

28. PARTES RELACIONADAS

		Ativo		Passivo		Exercícios findos em 31 de dezembro			
Relação com a Companhia		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	Receita		Despesa	
						2020	2019	2020	2019
Circulante:									
CEMIG Geração e Transmissão S.A	(i)	69.718	57.860	2.173	5.745	996.819	729.290	34.809	67.718
CEMIG Distribuição S.A	(ii)	22.668	-	-	-	203.200	357	3.980	42.793
Andrade Gutierrez Participações S.A	(ii)	-	-	-	-	-	-	-	18
Furnas Centrais Elétricas S.A	(i)	1.157	812	19.205	17.604	13	43	231.771	223.071
Não circulante:									
Construtora Norberto Odebrecht S.A	(ii)	-	-	43.129	32.326	-	-	-	-
		<u>93.543</u>	<u>58.672</u>	<u>64.507</u>	<u>55.675</u>	<u>1.200.032</u>	<u>729.690</u>	<u>270.560</u>	<u>333.600</u>

(i) Acionista da Controladora.

(ii) Acionista indireto da Controladora (grupo econômico).

CEMIG Geração e Transmissão S.A. - A Companhia possui seis Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) no Ambiente de Contratação Livre vigentes, dos quais quatro tem a SAE como vendedora (nota explicativa nº 6) e dois como compradora (nota explicativa nº 14) de energia da CEMIG. Os prazos variam, sendo os dois mais curtos válidos até 2019 (compra e venda) e os três mais longos válidos até 2027 e 2029. Adicionalmente, a Companhia mantém com CEMIG Geração e Transmissão S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (nota explicativa nº 14).

CEMIG Distribuição S.A. - A Companhia possui Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, relativo à participação da CEMIG Distribuição S.A no Leilão nº 05/2007 - ANEEL, no qual foram comercializados 70% da Garantia Física da UHE Santo Antônio (nota explicativa nº 1). A Cemig Distribuição comprou (nota explicativa nº 6) da Companhia 117,8 megawatts médios com prazo de suprimento compreendido entre 31 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2041 e 15,67 megawatts médios com prazo de vigência entre 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2046. Os contratos acima expostos estavam suspensos até 31 de dezembro de 2019 via Resolução ANEEL nº 711/2016.

Notas Explicativas

Andrade Gutierrez Participações S.A. - O saldo registrado refere-se a custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão (nota explicativa nº 22 (i)).

Construtora Norberto Odebrecht S.A. - A Companhia possui contrato para implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") e a Odebrecht Serviços e Participações S.A. ("OSP") participaram dos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil) e, adicionalmente, a CNO, pelo gerenciamento e execução dos serviços de montagem eletromecânica (nota explicativa nº 22 (i)).

Furnas Centrais Elétricas S.A. - A Companhia possui contrato de compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, em que a Companhia atua como compradora (nota explicativa nº 14) de energia de Furnas Centrais Elétricas S.A. de 47,318 megawatts médios, com prazo de suprimento compreendido entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2027. Adicionalmente, a Companhia mantém com Furnas Centrais Elétricas S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (nota explicativa nº 14).

Remuneração dos administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Remuneração	5.233	5.589
Participação em resultados	1.539	1.913
Benefícios diretos e indiretos	307	316
Total	<u>7.079</u>	<u>7.818</u>

29. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no Rio Madeira, município de Porto Velho-RO, na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

30. RISCOS RELACIONADOS À CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

A Companhia implantou e mantém, desde 2018, robusto Programa de Integridade e Controles Internos, voltado à prevenção, detecção e remediação de fraudes, corrupção ou qualquer ato ilícito em linha com a Lei Anticorrupção Brasileira e seus regulamentos. A Companhia conduz análise de riscos anuais para direcionar as atividades de *compliance* aos riscos de negócio identificados, conduz revisão de terceiros, mantém ciclos de treinamentos anuais aos seus colaboradores e terceiros contratados e mantém um canal de denúncias disponível 24 horas, além de atividades de auditorias internas frequentes em todas as áreas. Todas as atividades de *compliance* são acompanhadas diretamente e mensalmente pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Conformidade e pelo seu Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A

A Companhia é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos e do Pacto Global da ONU (“UN Global Compact”) alinhando sua estratégia e operação aos 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção.

A Administração da Companhia está comprometida e vem adotando todos os procedimentos alinhados com as melhores práticas de *compliance* e governança corporativa.

Em 2018, a Companhia contratou Escritório Jurídico independente, especializado em investigações forenses, para realizar investigação específica, a partir de notícias veiculadas pela imprensa relacionadas com a Operação Lava Jato, sobre alegações de possíveis atividades ilegais envolvendo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas da Controladora e que também prestaram serviços à Companhia. A investigação, concluída em fevereiro de 2019, não encontrou qualquer evidência que permita corroborar as alegações feitas, salvo novos eventuais desdobramentos futuros.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1 Comunicado ao Mercado

Em 03 de fevereiro de 2021, a Companhia, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada, comunicou, a seus acionistas e ao mercado em geral, que na mesma data requereu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) o ajuste temporário da Licença de Operação Nº 1044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação, emitida 04.12.2019, em face da existência de parâmetros estabelecidos para a operação da Usina vis-à-vis às condições naturais do rio Madeira, especialmente o carregamento de grande quantidade de sedimentos, com o consequente assoreamento do seu leito.

O requerimento de ajuste temporário decorre da dificuldade de atendimento dos limites estabelecidos na referida Licença pelo agravamento do fenômeno do assoreamento mencionado, enquanto não aprovado o Projeto de Lei nº11.133/2018 que tramita no Congresso Nacional desde 05 de dezembro de 2018. Referido Projeto de Lei estabelece a desafetação de uma área – definida pelas autoridades ambientais – equivalente a 0,03% do Parque Nacional Mapinguari, no estado de Rondônia.

O atendimento dos parâmetros atualmente estabelecidos para operação da Usina, sem a desafetação a ser promovida pelo projeto de lei, implica a necessidade de deplecionamento do reservatório a um nível que colocaria em risco a integridade das instalações do *Log Boom* e paralisaria a operação do Sistema de Transposição de Peixes, cuja operação contínua é uma das condicionantes do licenciamento a ser permanentemente atendida.

A Companhia espera um pronto endereçamento da questão pelos órgãos ambientais, especialmente o IBAMA, considerando a elevação das vazões do rio Madeira que ocorre sazonalmente neste início de fevereiro, de modo a manter a operação normal da Usina, evitando o deplecionamento do reservatório, com as consequências citadas.

A Companhia vem monitorando a evolução das vazões do rio Madeira e mantendo o IBAMA e demais autoridades informadas em razão da urgência da questão.

Notas Explicativas

Em face desse monitoramento e à vista do aumento verificado na vazão do rio madeira, em 12 de fevereiro a Companhia entrou na 5ª Vara Federal de Porto Velho requerendo tutela de urgência, que lhe foi deferida em 13 de fevereiro, para que seja autorizada continuar operando a Usina sem colocar em risco a integridade das instalações e atendendo à confiabilidade do suprimento energético do Acre-Rondônia durante a Pandemia, podendo eventualmente ultrapassar a cota estabelecida para o Parna Mapinguari, até que o IBAMA aprecie o requerimento a ele apresentado pela Companhia.

Até a data destas demonstrações financeiras não foram identificados impactos a serem reconhecidos. A Companhia continuará mantendo os seus acionistas e o mercado devidamente informados sobre o andamento e as repercussões do tema.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Santo Antônio Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações legais – riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, em resposta a notícias veiculadas na mídia a partir do ano de 2015, com as delações premiadas no contexto da Operação Lava Jato, sobre o suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Companhia com alegações de possíveis atividades ilícitas, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), a administração da Companhia conduziu investigação independente, concluída em fevereiro de 2019, que concluiu que, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência de investigações e outras medidas legais ainda não concluídas, não existem evidências objetivas que corroborem as alegações feitas. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto a redução ao valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado somavam o montante de R\$18.401.398 mil, conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras. Tais ativos são referentes a usina hidrelétrica Santo Antônio, e considerados como uma única unidade geradora de caixa, conforme definição estabelecida pelo CPC 01 (R1) /IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi o valor em uso, que requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas subjetivas, tais como: (i) estimativa de fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter com a utilização de seus ativos; (ii) estimativa dos custos necessários para geração de energia, tais como "TUST", "GSF" e "FID"; e (iii) definição da taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados

materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto a estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados a geração de energia; e (iii), há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável desta unidade geradora de caixa; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em valorização para nos auxiliar na avaliação da razoabilidade do modelo de avaliação, na metodologia e na taxa de desconto utilizada; (iii) a avaliação das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável desta UGC.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Monitoramento de cláusulas restritivas ("covenants") financeiros e não financeiros

Conforme a nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, os contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas restritivas ("covenants") que, no caso de não cumprimento, concede aos credores a faculdade de declarar o vencimento antecipado dos montantes exigíveis no longo prazo. Dentre as várias cláusulas, destaca-se a ocorrência de pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos respectivos contratos, o que ocorreu no segundo trimestre de 2019 com as empresas intervenientes Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("OPI"), Odebrecht Energia do Brasil S.A. ("OEB") e Odebrecht S.A.

O monitoramento de tais "covenants" foi considerado um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) em virtude do endividamento da Companhia, os montantes relativos a tais contratos de empréstimo representam parte substancial do saldo do passivo circulante e do não circulante; (ii) o não cumprimento de tais "covenants" poderia resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais contratos, o que poderia impactar de forma significativa a posição patrimonial, financeira e de liquidez da Companhia; e (iii) existe subjetividade na interpretação e aplicação de tais "covenants".

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados com a análise periódica dos "covenants" financeiros e não financeiros; (ii) o entendimento dos termos contratuais que determinam tais "covenants", incluindo a repactuação das dívidas ocorridas em 2018; (iii) o teste matemático das premissas determinadas nos contratos para o cálculo de "covenants" financeiros, e verificação de seu respectivo cumprimento; (iv) procedimentos de confirmação externa e obtenção junto à Administração, de declaração dos credores (obtida antes da data do balanço) quanto ao não exercício desse direito nos próximos doze meses; e (v) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os procedimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o "Relatório da Administração", e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas

operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcio Albuquerque Cavalcanti
Contador
CRC nº 1 SP 264164/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.
("Companhia")
CNPJ 09.391.823/0001-60
NIRE. 35.300.352.891

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, presentes em reunião realizada nesta data, na sede social da Companhia, por unanimidade, após análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, e do Relatório da Administração da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e respectivos Pareceres dos Auditores Independentes, opinaram favoravelmente para o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas das Demonstrações Financeiras da Companhia.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

CONSELHEIROS FISCAIS:

PEDRO HUGO TEIXEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR

JOÃO ANTÔNIO PINHEIRO SAMPAIO MEIRELLES

BRUNO JOSÉ ALBUQUERQUE DE CASTRO

TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, CRC 2SP011609/O-8.